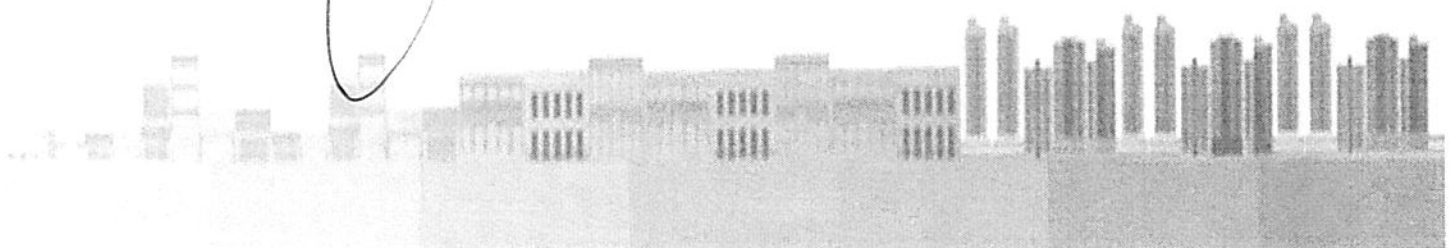


PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS GESTORES



Relatório Circunstanciado





PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS GESTORES

Relatório Circunstanciado

A handwritten signature in black ink is located in the lower right quadrant of the page. The signature is stylized and appears to be a single name or set of initials.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

José de Jesus do Rosário Azzolini

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – TARF

Francisco Flávio Farias Filho

ASSESSORIA de RECEITAS TRANSFERIDAS

Cláudia Patrícia Pimentel

ASSESSORIA JURÍDICA

Frederico Augusto Costa Lima

SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

Monique Pierrelevée Bragança Cantanhede

SECRETÁRIO ADJUNTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Raimundo Nonato Fernandes Silva

CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Jairo Câmara de Carvalho Filho

SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Lilian Lúcia Porto Ribeiro da Silva

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

Alice C. Rodrigues Cardoso

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLE E ARRECADAÇÃO

Maria Regina Leite Vieira

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

Nayde Carvalho Fonseca

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE INFORMATICA

Diego Lima Falcão

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO

Josenildo Gouveia Ribeiro

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTABILIDADE

Rosélia Barros Gomes

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:

Cláudia Patrícia Pimentel
Julienne Maria Rabêlo Santos Hidelfonso
Lilian Lúcia Porto Ribeiro
Maria Cristina Andrade
Nair de Azevedo Goytacaz



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO

2. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

2.1 Estrutura Orgânica

2.2 Identidade Institucional

2.3 Sede Atual

2.4 Nova Sede

2.5 Orçamento

2.6 Planejamento Estratégico SEMFAZ 2022-2025

2.7 Participação em Entidades Representativas

2.8 Gestão no Eixo da Democracia Participativa

2.9 Gestão no Eixo da Cidadania Fiscal

3. DESEMPENHO DA SEMFAZ

3.1 Arrecadação Municipal

3.1.1 Recursos Próprios

3.1.2 Recursos Transferidos

3.1.3 Dependência Financeira

3.2 Programas e Ações

3.2.1 Secretaria Municipal da Fazenda - 14.101 – SEMFAZ

3.2.1.1 Programa 0403 – Gestão Fiscal Eficiente

Ação 2150 - Conselho de Contribuintes do Município

3.2.1.1.1 - Criação do TARF

3.2.1.1.2 - Membros do TARF

3.2.1.1.3 - Execução Orçamentária do TARF

3.2.1.1.4 - O TARF no Portal da SEMFAZ

3.2.1.1.5 - Sessões do TARF

3.2.1.1.6 - Resumo Geral do Desempenho do TARF

Ação 2152 - Otimização da Gestão Tributária

Execução Orçamentária

3.2.1.1.7 - Plano Anual de Fiscalização de 2021

3.2.1.1.8- Lançamento IPTU

3.2.1.1.9 - Lançamento Alvará

3.2.1.1.10 - Atendimento ao Contribuinte

3.2.1.1.11 - Cobrança de Parcelamentos Inadimplidos

3.2.1.1.12 - Simples Nacional

3.2.1.1.13 - ISS Retido – Contribuinte Substituto

3.2.1.1.14 - Empresas do Segmento de Saúde

3.2.1.1.15 - Ação de Fiscalização – Maiores Devedores do ISS Retido

3.2.1.1.16 - Empresas do Segmento de Instituições Financeiras – DESIF

- 3.2.1.1.17 - ISSQN na Armazenagem em Terminal Portuário
- 3.2.1.1.18 - Auditoria Externa - Ações Fiscais
- 3.2.1.1.19 - Movimento Econômico de Emissão de Notas Fiscais
- 3.2.1.1.20 - Credenciamento de Empresas para Emissão de NFSe
- 3.2.1.1.21 - Total de NFSe Emitidas pelos Contribuintes, por Tipo
- 3.2.1.1.22 - Planejamento Fiscal
- 3.2.1.1.23 - Controle Fiscal

3.2.1.2 Programa 0402 – Gestão Estratégica e Modernização da Prefeitura

Ação 1027 – Modernização da Administração Tributária - PMAT

- 3.2.1.2.1 Antecedentes
- 3.2.1.2.2 Execução Orçamentária do PMAT
- 3.2.1.2.3 Ações Estruturantes do PMAT
- 3.2.1.2.4 Resultados Alcançados pelo PMAT

3.2.1.3 Programa 0406 – Gestão Administrativa

Ação 2174 – Custeio e Investimentos

- 3.2.1.3.1 Tecnologia de Informática e Comunicação remota
- 3.2.1.3.2 Qualificação dos Gastos Públicos
- 3.2.1.3.3 Gestão Fiscal (RREO e RGF)
- 3.2.1.3.4 Ações de Apoio Logístico da SEMFAZ
- 3.2.1.3.5 Assinatura Cooperativa – Recolhimento de Material para Descarte e Reciclagem.
- 3.2.1.3.6 Protocolo de Prevenção ao Covid-19 Na Semfaz – Cuidados com Servidores e Contribuintes
- 3.2.1.3.7 Sanitização das Instalações da SEMFAZ
- 3.2.1.3.8 Gestão de Pessoas
- 3.2.1.3.9 Crachás de Identificação Funcional
- 3.2.1.3.10 Desenvolvimento de Servidores

Ação 2206 – Pessoal e Encargos Sociais da Administração Direta

3.2.2 Recursos sob a Supervisão da SEMFAZ - 22.102 – RESEMFAZ

3.2.2.1 Programa 0406 - Gestão Administrativa

Ação 0912 Encargos Gerais com a Dívida Pública

Ação 0913 Encargos Judiciários

Ação 2173 Contribuição para a Formação do Patrimônio – PASEP

Ação 2253 Tarifas Bancárias

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA SEMFAZ

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS GESTORES – EXERCÍCIO DE 2021

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como foco principal apresentar a consolidação dos dados mais relevantes verificados durante o exercício de 2021, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, de forma a proporcionar uma visão geral das atividades realizadas durante todo o ciclo, no fisco municipal.

No documento, apresentamos informações sobre a estrutura da Semfaz, ações realizadas, resultados da arrecadação e das atividades realizadas nas diversas unidades administrativas do órgão.

O Relatório Circunstanciado da Semfaz, é um documento que registra o avanço na prestação de serviços, o crescimento da arrecadação municipal e como ações estratégicas realizadas pelo fisco afetaram, positivamente, na imagem do órgão para a sociedade ludovicense.

Apresentam-se, também, informações técnicas distribuídas entre comentários, tabelas, fotos e gráficos. Bem como as realizações da atual gestão da Secretaria Municipal da Fazenda voltadas à expansão da oferta de serviços públicos, e à manutenção institucional do município de São Luís, o que remete à missão da SEMFAZ.

Informações mais específicas de algumas das recentes ações da Fazenda Municipal que se mostraram essenciais ao crescimento da **receita própria tributária** e ao saneamento das contas públicas. De um lado, na área de Gestão Tributária, a SEMFAZ tem envidado esforços para o incremento da arrecadação dos impostos e taxas municipais, que possibilitam aumentar a capacidade de pagamentos e investimentos públicos.

Por outro, na área de Gestão Administrativo-Financeira, a SEMFAZ tem implementado uma série de medidas buscando a regularização das obrigações do órgão, em meio a uma situação de fragilidade econômico-financeira, tudo em prol do objetivo precípuo de restabelecer o necessário equilíbrio fiscal.

1. ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO

Os documentos a serem apresentados na Prestação de Contas do Executivo Municipal, no que tange à Secretaria Municipal de Fazenda encontram-se organizados em observância à Instrução Normativa nº 52/2017 – TCE/MA, assim como à completude e formato dos documentos.

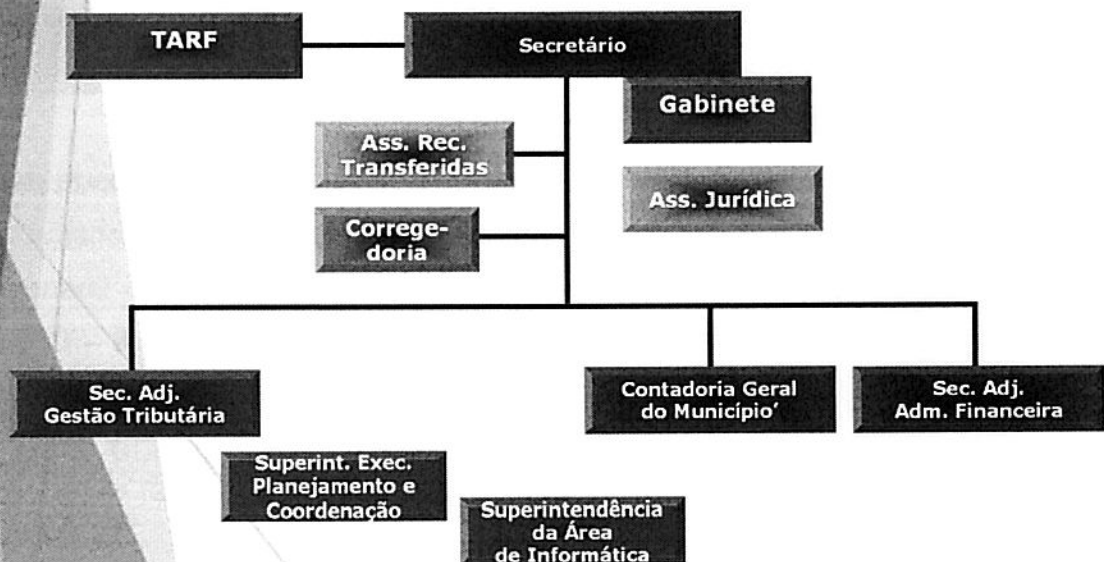
2. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

A **SEMFAZ** é o órgão central do sistema fazendário (Lei de Criação nº 1646, de 10.01.1966) tendo por finalidade e competência **elaborar, coordenar e controlar** as políticas tributária, fiscal, financeira e contábil do Município de São Luís.

2.1 Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da SEMFAZ foi aprovada pela Lei nº 3.896/2000 (17.04.2020), e seu Regimento Interno pelo Decreto nº 30.146/2007 (16.05.2007). A figura a seguir espelha as áreas dirigentes do órgão.

Organograma Interno (visão parcial)



2.2 Identidade Institucional

A nova identidade institucional da Semfaz foi formulada e aprovada em 2021, assim constituída:

Missão - Formular e executar políticas públicas tributárias, promovendo a justiça fiscal e social.

Visão de futuro - Ser reconhecida como uma instituição inovadora, que promove atendimento de excelência e comprometida com a responsabilidade fiscal.

Valores - Norteados pelos princípios da Ética, da Transparência, da Inovação, do Comprometimento e da Solidariedade.

2.3 Sede Atual

Em 1997 a SEMFAZ passou a funcionar em sua nova sede à av. Guaxenduba nº 1.455, no bairro de Fátima, antigo prédio do Centro de Treinamento do Banco do Estado do Maranhão S.A., adquirido pela Prefeitura em 1996.



Em 1999, a prefeitura adquiriu um terreno adjacente à sua sede para a construção de um prédio visando à expansão de suas instalações. Para a construção do prédio anexo, e outras ações de modernização, a Semfaz contou com o financiamento do BNDES mediante **Carta Consulta (Encaminhada, via OE nº 478/98 – GP, de 27.05.98)**, para aderir ao Projeto de Modernização da Administração Tributária (**PMAT**), **aprovada em 12.03.99, mediante BNDES Ofício CCRED – nº 048/98 (01.07.1998)**, tendo sido firmado o **Contrato 99.2.213.2.1, de 10.02.2000**

2.4 Nova Sede

Rua do Egito, nº 1544, Centro



CEP: 65.010-010

Fone: (098)3212-8147

Fax: (098)3231-5134

A nova sede da SEMFAZ será o antigo prédio histórico do extinto Banco do Estado do Maranhão S.A., adquirido, do Bradesco S.A., pela Prefeitura de São Luís.

Para abrigar a Semfaz, as instalações do referido prédio passaram por reformas e adequações de infraestrutura de redes de informática, comunicação, telefonia, de monitoramento e segurança, bem como combate a incêndio, bem como adequações mobiliárias e de equipamentos. Custearam estes e outros investimentos, os recursos de outro financiamento PMAT do BNDES.

Já no início de 2022, a SEMFAZ estará definitivamente instalada em sua nova sede, cujo planejamento de mudança está a cargo de uma comissão coordenada pela servidora Lillian Porto (Superintendente Executiva de Planejamento e Coordenação).

2.5 Orçamento

A SEMFAZ responde por duas Unidades Orçamentárias da Prefeitura de São Luís:

- 14.101 - Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ); e
- 22.102 – Recursos sobre a Supervisão da Semfaz (RESEMFAZ).

A unidade **SEMFAZ** contou com a dotação de R\$ 60.215,68 mil, dos quais 65% empenhados até 31/12/21 com despesas de pessoal e 23,5% com despesas em ações finalísticas, restando apenas 11,4% para aquelas relativas ao custeio do órgão, evidenciados no quadro à direita.

Execução Orçamentária da SEMFAZ

Posição 31.12.2021
Em R\$ mil

	LOA Atualizada	Empenhado	%
Otimização da Gestão Tributária	11.412,80	8.665,11	19,0
Conselho de Contribuintes	1.385,00	884,00	1,9
Modernização da Gestão	2.100,00	1.184,01	2,6
Custeio	7.180,00	5.207,43	11,4
Pessoal	30.337,88	29.666,72	65,0
Rec. Próprios	52.415,68	45.607,28	100,00
Rec. BNDES	7.800,00	1.089,07	
TOTAL	60.215,68	46.696,35	

Fonte: Balancete das Despesas - GIAP

2.6 Planejamento Estratégico SEMFAZ 2022-2025

A Semfaz, desde o início do segundo semestre encontra-se elaborando seu planejamento estratégico para o período 2022-2025, considerando a nova identidade institucional do órgão.

A base legal do Plano Estratégico da Semfaz são os seguintes instrumentos que lhe precedem:

- **Plano de Longo Prazo São Luís 2033** para uma Gestão Estratégica Orientada para Resultados na Prefeitura de São Luís;
- **Plano de Governo** que alberga os compromissos assumidos pelo Prefeito ainda como candidato na esteira da campanha eleitoral para a Gestão Municipal;
- **PPA 2022-2025** o qual tem como basilares os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU Habitat, tendo por visão de futuro para São Luís 5 (cinco) eixos e 4 (quatro) pilares, representados no diagrama ao lado.

O **Mapa Estratégico** abaixo apresentado foi modelado como fruto das etapas de diagnóstico situacional e de construção de um cenário prospectivo, foram levantadas iniciativas necessárias para levar a Semfaz ao alcance de sua visão de futuro, considerando os valores eleitos pelo quadro de servidores. O plano estratégico da Semfaz 2022-2025 será aprovado ainda no início de 2022.



2.7 Participação em Entidades Representativas

A alta Administração da SEMFAZ participa das seguintes entidades representativas:

- Conselho da COLISEU;
- Comitê Gestor de Planejamento e Orçamento;
- Conselho do IPAM;
- Conselho Municipal da Cidade – suplente.

Ressalta-se que apenas o Conselho da Coliseu (Companhia de Limpeza Urbana), em liquidação, atribui verba de jetons aos seus membros, correspondente a 20% da representação atribuída ao liquidante do órgão.

2.8 Gestão no Eixo da Democracia Participativa

Nesse eixo da gestão, a Semfaz tem primado pela participação direta com órgãos e representantes da sociedade civil e organizada.

São exemplos:

- **Reunião com a CGJ visando uma melhor relação entre o fisco municipal e os cartórios que são fiscalizados pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ)**, a Semfaz reuniu-se com a entidade para discutir sobre a cobrança de ISS dos Cartórios e as ações de fiscalização das serventias extrajudiciais realizadas pelas equipes dos dois órgãos. Na ocasião, a Corregedoria se comprometeu em manter o cadastro dos cartórios sempre atualizado e fortalecer o elo entre a Semfaz e os cartórios, mediado pela CGJ. Ressalta-se que a Semfaz constituiu um grupo de auditores diretamente focados na cobrança de ISS dos cartórios.
- **Encontro com a ACM para diálogo sobre tributos**, em 25/11, com o objetivo principal o **diálogo sobre impostos e Substituto Tributário**, entre outros temas debatidos com a classe empresarial do Maranhão. No decorrer da plenária, a Semfaz realizou **três apresentações** distintas com discussões sobre os temas abaixo relacionados:

- **Substituto tributário**, apresentada pelo auditor fiscal Ricardo Cruz, com destaque para as mais de 500 empresas cadastradas e o processo de recolhimento integral do ISSQN;
 - **Processo de lançamento do ITBI**, apresentada pela Superintendente da Área de Lançamento e Arrecadação, Alice Cardoso, bem como os resultados obtidos após a modernização do processo de cobrança do imposto, que atualmente, é totalmente digital;
 - **Evolução dos débitos municipais**, apresentada pelo secretário da pasta, José Azzolini, e as formas de acesso facilitado do contribuinte à Semfaz, através das unidades de atendimento externas e internas e, sobre o atendimento on-line, que tem trazido ótimos resultados para a Semfaz.
- **Integração ao projeto Empresa Fácil (JUCEMA)**, visando à desburocratização de a abertura de novas empresas, do seguimento dos Microempreendedores individuais (MEI), de forma totalmente on-line, via site da Semfaz, direcionando o contribuinte para o site Empresa Fácil. De acordo com relatório com dados da Redesim – de janeiro a setembro, atualizado pela equipe da Semfaz, recebemos cerca de 32.549 requisições; sendo elas de abertura e fechamento de empresas.
- A convite da Associação Comercial do , a SEMFAZ apresentou a **palestra “Educação Fiscal Municipal para Instituições de Ensino de São Luís – Orientações acerca do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)”**, tendo como foco orientar os participantes sobre as obrigações tributárias municipais, assim como elucidar dúvidas sobre as fiscalizações às instituições privadas de ensino e como os administradores das unidades escolares devem proceder para cumprir as normas previstas pela legislação tributária.

2.9 Gestão no Eixo da Cidadania Fiscal

Relativamente à justiça fiscal, a Semfaz tem comparecido à Câmara Municipal, em cumprimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

➤ **Audiência de Gestão Fiscal**, realizada, em 02/12, perante a Comissão de Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Patrimônio Municipal (COFPPM, para apresentar os demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), referentes ao 1º e 2º quadrimestres.

➤ Comparecimento às **Audiências das Peças Orçamentárias**, realizadas pela SEPLAN na Casa Legislativa nas seguintes datas:

27.07.2021 – audiência da LDO 2022; e

13.12.2021 – audiência do PPA 2022-2025 e da LDO 2022.

3. DESEMPENHO DA SEMFAZ

O desempenho da SEMFAZ no exercício de 2021 está condensado nos itens que seguem, apresentando os resultados dos Programas e Ações da SEMFAZ, conforme enquadramento nos programas do PPA 2018-2021, como sejam:

3.1 Arrecadação Municipal

A arrecadação municipal concentra-se em duas grandes origens de recursos, os recursos próprios e os recursos transferidos.

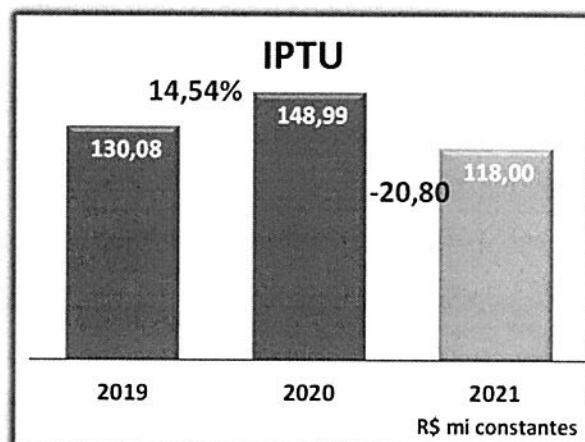
Nos itens abaixo está apresentado o desempenho das receitas arrecadas, agrupadas por recursos próprios e recursos transferidos, compreendendo o período de **janeiro a dezembro do exercício de 2021**, comparativamente aos dois exercícios que o antecederam.

Visando garantir uma efetiva comparação do desempenho no último triênio, as receitas foram **atualizadas monetariamente**, mês a mês pelo **IPCA de dez/2021**. Propiciando assim uma única base de referência.

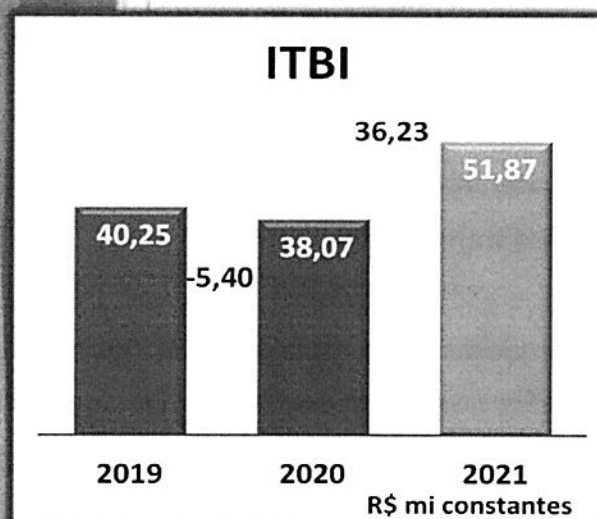
3.1.1 Recursos Próprios

IPTU

A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, fechou o ano de 2021 com uma arrecadação de R\$ 118 mi, correspondendo a um decréscimo de 29,80% em referência ao desempenho de 2020 – um reflexo dos efeitos que a pandemia do Coronavírus sobre a renda dos contribuintes.



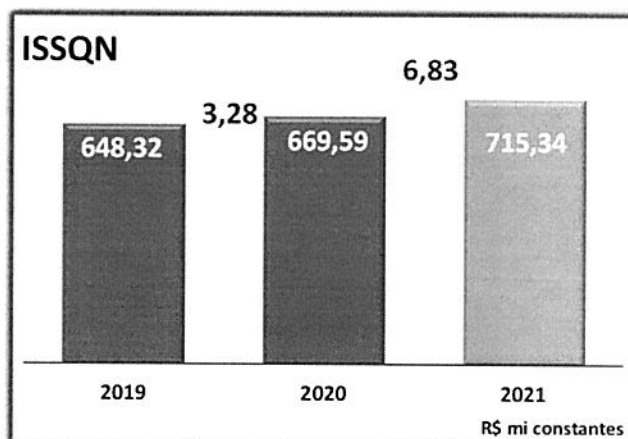
ITBI



O Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis apresentou uma arrecadação de R\$ 51,87 mi, superando o desempenho de 2020 em 36,23%.

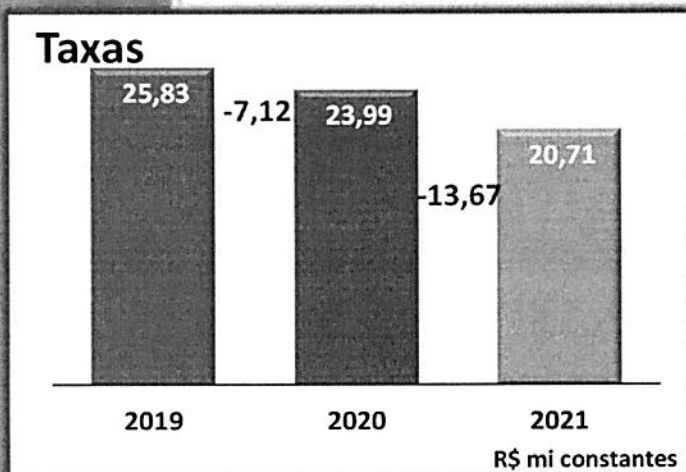
ISSQN

O Imposto sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços, ainda que timidamente, apresentou crescimento em 2021, relativamente a ao exercício anterior, de 6,83%, uma vez que a arrecadação correspondeu da R\$ 715,34 mi e a de 2020 ficou em R\$ 669,34 mi.



Taxas

A arrecadação de taxas no município correspondeu a R\$ 20,71 mi, frente aos R\$ 23,99 mi do exercício anterior, correspondendo a uma queda de 13,67%.

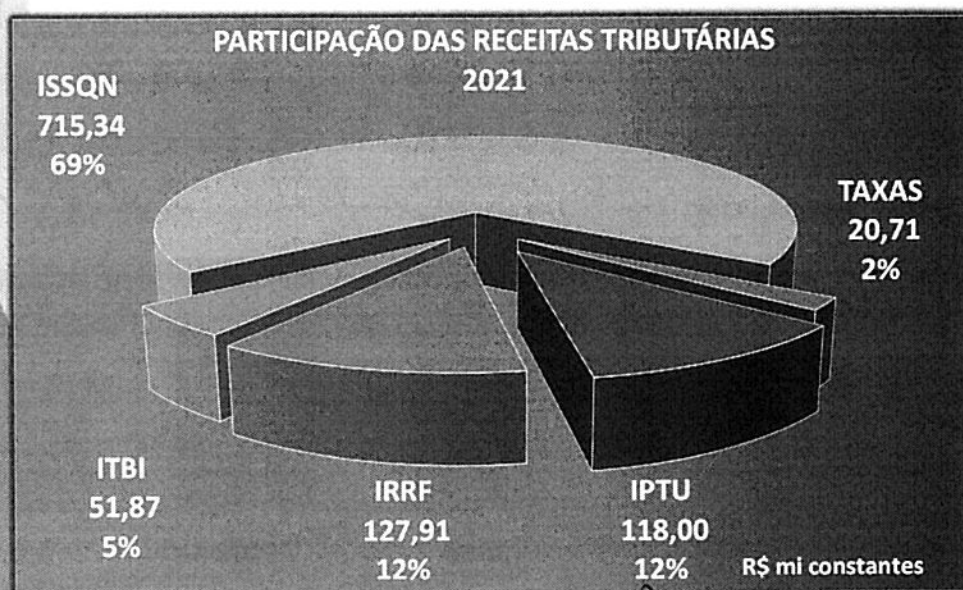


A taxa que detém maior participação neste grupo é cobrada na concessão de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestação de Serviços (Alvará de Funcionamento) obteve arrecadação de R\$14,72 mi, o

correspondente a 64%. Seu desempenho em 2021 foi negativo em 0,03%.

Receitas Tributárias

Das receitas classificadas como tributárias, é o ISSQN que apresenta maior participação (69%), seguido do IRRF e o IPTU (ambos com 12%), o ITBI (5%) e as Taxas (2%).

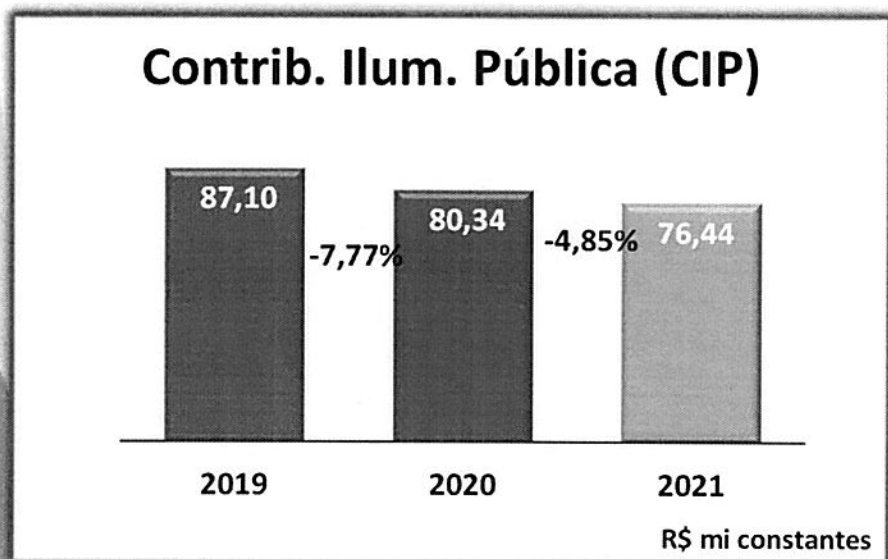


Contribuições

A classe das contribuições é composta pelas Contribuições Sociais e pela Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), tendo a participação destas de 54% e de 46%, respectivamente, conforme evidenciado no gráfico abaixo.



Das receitas desta classe, a CIP apresentou desempenho negativo por dois exercícios seguidos. Sua arrecadação de R\$ 76,44 mi em 2021, evidencia uma queda de 4,85% com relação a 2020, recuperando em apenas 2,92% da queda havida de 2019 para 2020.



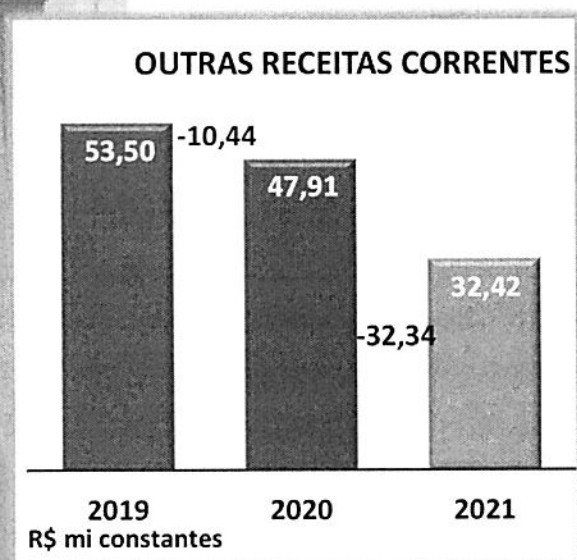
Receitas Patrimoniais

Integram a classe das receitas patrimoniais, as receitas imobiliárias (no município, as decorrentes de foros e laudêmios), as mobiliárias (remuneração sobre depósitos bancários) e outras receitas. Em termos de desempenho, o ano de 2021 apresentou uma queda de 49,56% com relação à arrecadação de 2020, uma vez que 2021 obteve apenas R\$ 59,55 mi, contra os R\$ 118,06 mi de 2020.



Ressalta-se que o desempenho de 2020 na subclasse de receitas mobiliárias deveu-se à entrada de R\$ 68,70 mi, decorrente da Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos, havida quando da renovação de contrato com o Banco do Brasil S.A. Não fosse este evento, o resultado de 2021 seria um crescimento de 29,66% sobre 2020.

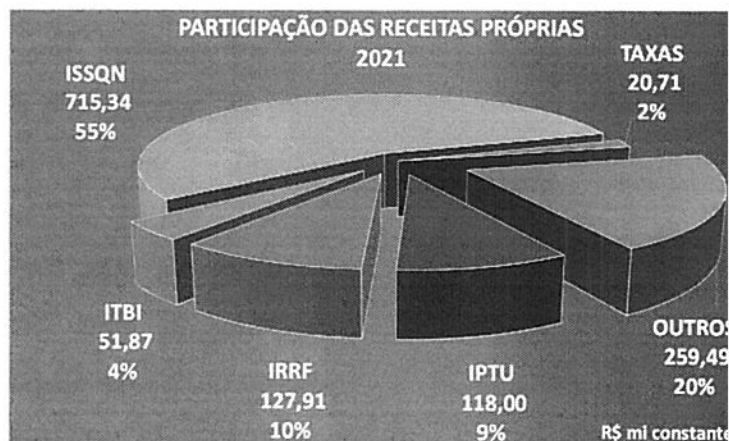
Outras Receitas Correntes



Em 2021 as outras receitas correntes apresentaram uma redução de 32,34% com relação ao exercício de 2020. São representações expressivas as receitas oriundas de multas e de compensação entre regimes previdenciários.34%

Participação das Receitas Próprias

Assim, a participação das receitas próprias do município encontra-se representada no gráfico ao lado, no qual destaca-se as receitas oriundas do ISSQN, com 55% do total de R\$ 1.293,32 mi.



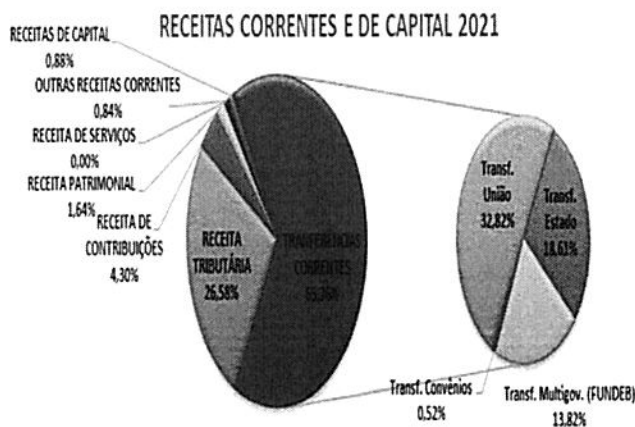
3.1.2 Recursos Transferidos

As Transferências Correntes encontram-se subdivididas de acordo com a origem dos entes federados, quais sejam: União, Estado, Multigovernamentais, Instituições Privadas e Convênios.

R\$ 1.000.000,00

Classificação	Previsão		Realização 2021			
	LOA 2021 (inicial)		Ingressos		Desempenho	
	Total	Part.	Total	Part.	(Ingressos-LOA)	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RECEITAS CORRENTES	3.256,36	95,22%	3.652,32	99,12%	395,95	12,16%
RECEITA TRIBUTÁRIA	856,80	25,05%	979,35	26,58%	122,56	14,30%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	165,89	4,85%	158,53	4,30%	-7,36	-4,44%
RECEITA PATRIMONIAL	47,93	1,40%	60,40	1,64%	12,48	26,03%
RECEITA DE SERVIÇOS	0,08	0,00%	0,00	0,00%	-0,08	-100,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.968,64	57,56%	2.423,16	65,76%	454,52	23,09%
Transf. União	981,28	28,69%	1.209,42	32,82%	228,14	23,25%
Transf. Estado	583,95	17,07%	685,65	18,61%	101,70	17,42%
Transf. Multigov. (FUNDEB)	383,74	11,22%	509,10	13,82%	125,36	32,67%
Transf. Convênios	19,67	0,58%	18,99	0,52%	-0,68	-3,48%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	217,03	6,35%	30,87	0,84%	-186,16	-85,78%
RECEITAS DE CAPITAL	163,55	4,78%	32,41	0,88%	-131,13	-80,18%
RECEITA TOTAL	3.419,91	100,00%	3.684,73	100,00%	264,82	7,74%

Tabela 1- Demonstrativo da Realização do Orçamento 2021- Valores correntes



Em 2021, as Transferências Correntes realizaram R\$ 2.423,16 milhões de arrecadação, correspondendo a R\$ 764,29 milhões superiores à previsão orçamentária de R\$ 1.968,64 milhões para o exercício, elencados na Tabela 1.

Gráfico 1- % Financeiro da soma das Receitas Correntes e de Capital em 2021

Este conjunto de receitas representa 65,76% do total das receitas do município de acordo com o Gráfico 1. Colaboram com esta fatia as Transferências da União em 32,82%, seguidas pelas Transferências do Estado 18,61%, pelas Transferências Multigovernamentais 13,82% e Convênios 0,52%.

3.1.2.1 Transferências da União

As Transferências da União totalizaram R\$ 1.209,4 milhões, superando em 23,25%, ou seja, R\$ 228,14 milhões, da previsão orçamentária inicial da LOA-2021, que foi de R\$ 981,28 milhões, conforme Tabela 2.

R\$ 1.000,00

Classificação	Previsão		Realização 2021			
	LOA 2021 (Inicial)		Ingressos		Desempenho	
	Total	Part.	Total	Part.	(Ingressos-LOA)	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RECEITAS CORRENTES	3.179.885,20	95,11%	2.842.308,99	98,87%	-337.576,21	-10,62%
RECEITA TRIBUTÁRIA	763.902,28	22,85%	0,00	0,00%	-763.902,28	-100,00%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.702,61	4,93%	158.527,39	5,51%	-6.175,21	-3,75%
RECEITA PATRIMONIAL	65.192,91	1,95%	60.402,82	2,10%	-4.790,09	-7,35%
RECEITA DE SERVIÇOS	415,22	0,01%	0,00	0,00%	-415,22	-100,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.968.640,12	58,88%	2.592.510,65	90,18%	623.870,54	31,69%
Transf. União	981.281,99	29,35%	1.209.422,74	42,07%	228.140,74	23,25%
FPM	447.062,03	13,37%	619.600,51	21,55%	172.538,47	38,59%
ITR	1,79	0,00%	24,05	0,00%	22,25	1241,86%
CFEM	53.354,70	1,60%	115.084,74	4,00%	61.730,04	115,70%
FEP	8.528,92	0,26%	13.807,26	0,48%	5.278,34	61,89%
SUS Federal	432.808,69	12,95%	441.437,31	15,36%	8.628,62	1,99%
FNAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
FNDE	39.525,86	1,18%	12.980,92	0,45%	-26.544,95	-67,16%
ICMS LC 176/20	0,00	0,00%	6.487,96	0,23%	6.487,96	0,00%
ICMS LC 87/96	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Transf. União	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transf. Estado	583.948,63	17,47%	854.999,92	29,74%	271.051,30	46,42%
Transf. Multigov. (FUNDEB)	383.737,71	11,48%	509.100,90	17,71%	125.363,19	32,67%
Transf. Convênios	19.671,78	0,59%	18.987,10	0,66%	-684,69	-3,48%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	217.032,07	6,49%	30.868,12	1,07%	-186.163,95	-85,78%
RECEITAS DE CAPITAL	163.548,44	4,89%	32.413,87	1,13%	-131.134,57	-80,18%
RECEITA TOTAL	3.343.433,64	100,00%	2.874.722,86	100,00%	-468.710,79	-14,02%

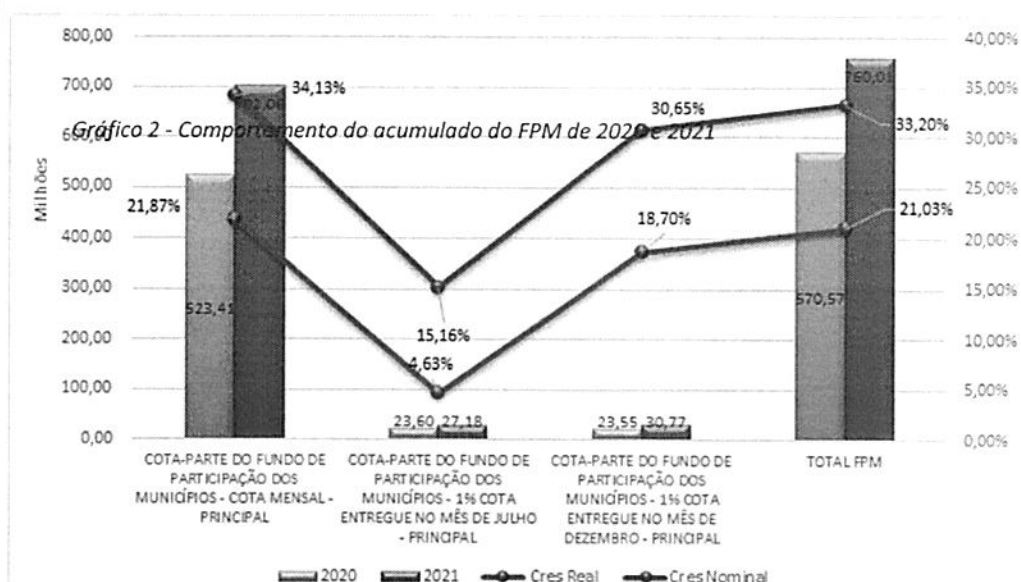
Tabela 2- Demonstrativo da Realização do Orçamento 2021- Valores correntes

A - FPM

Tabela 3 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado do FPM. Em 2021

FPM	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	760.012.016,99	570.569.899,23	592.151.412,50	547.780.610,46
ORÇADO	548.515.073,00	563.107.522,00	544.619.443,00	521.475.494,00
% Executado	38,56%	1,33%	8,73%	5,04%
DIFERENÇA R\$	211.496.943,99	7.462.377,23	47.531.969,50	26.305.116,46

O FPM alcançou a receita de R\$ 760,01 milhões, perfazendo 38,56% (R\$ 211,49 milhões) de realização acima da expectativa para esta receita orçada no exercício que era de R\$ 548,51 milhões, conforme demonstrativo da Tabela 3.



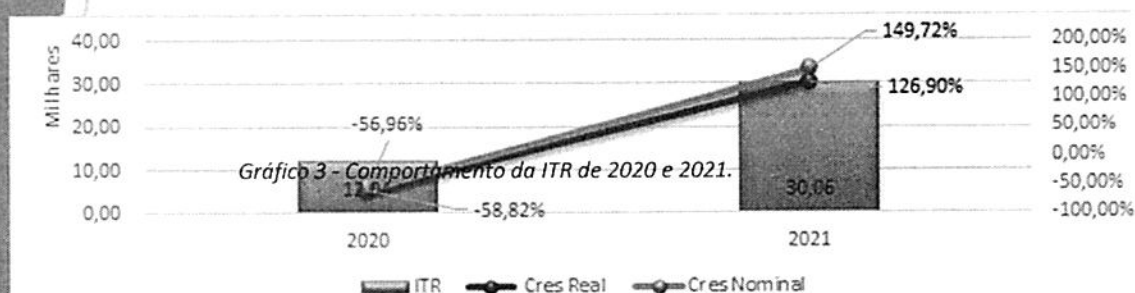
O FPM possui a sua destinação disciplinada, por diplomas legais, em 20% ao FUNDEB, 5% à Educação, 15% à Saúde e 60% aos recursos ordinários. Em 2020, como citado anteriormente, essa receita registrou um acréscimo de 38,56% do que havia sido orçado inicialmente no total da LOA, no acumulado do ano, conforme demonstrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada..** Em relação a 2020, o Gráfico 2 evidencia a aumento nominal de 33,20% e um real, utilizando o IPCA do período, de 21,03% do TOTAL FPM.

B - ITR

Tabela 4 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado do ITR.

ITR	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	30.057,58	12.036,35	27.963,56	17.789,00
ORÇADO	2.240,00	4.179,00	10.133,00	15.812,00
% Executado	1.244,05%	188,02 %	175,97 %	12,50 %
DIFERENÇA R\$	27.817,55	7.857,35	17.830,56	1.977,00

O ITR alcançou a receita de R\$ 30.057,58, perfazendo R\$ 27.817,55, ou seja, 1.244,05% de realização acima da expectativa para esta receita orçada no exercício que era de R\$ 2.240,00, conforme demonstrativo da Tabela 4.



E, o comportamento do ITR, acumulado no exercício de 2021 em relação ao de 2020, apresentou um aumento nominal de 149,72% e um real de 126,90% ilustrada no Gráfico 3.

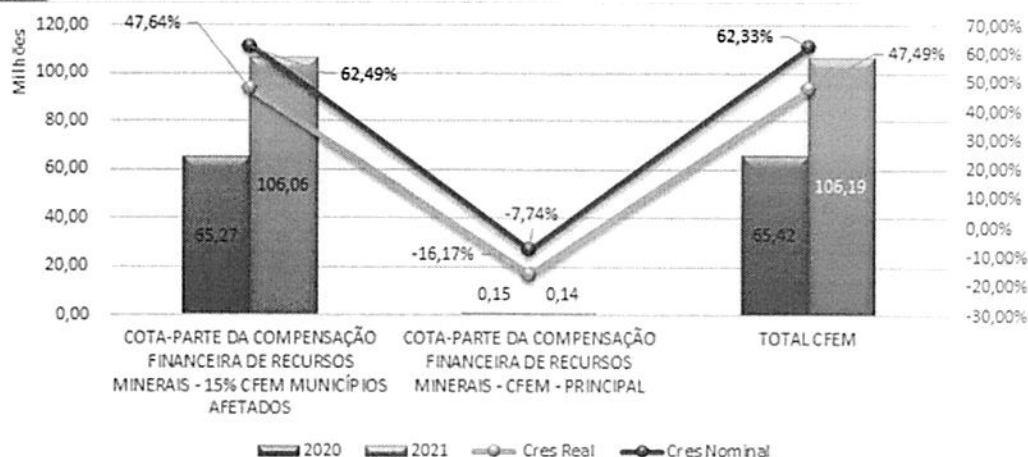
C - CFEM

Tabela 5 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado da CFEM.

CFEM	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	106.193.337,10	65.418.812,66	59.027.907,99	177.690,24
ORÇADO	53.354.702,00	41.676.667,00	11.929.460,00	200.571,00
% Executado	99,03	56,97%	394,81%	(11,41%)
DIFERENÇA R\$	52.838.635,82	23.742.145,66	47.098.447,99	(22.880,76)

Os Royalties da mineração possuem a aplicação dos seus recursos com destinação restrita aos ditames da Lei 7.990/1989 e suas alterações e Decreto Federal 1/1991. A execução orçamentária de 99,03%, conforme a Tabela 5, bem maior que o projetado, ocorreu pelo fato de não haver um histórico de arrecadação para os recursos dos 15% da CFEM aos Municípios Afetados implantados em 2019.

Gráfico 4 – Comportamento do acumulado da CFEM de 2020 e 2021



Conseqüentemente, o montante de R\$ 108,19 milhões rendeu um crescimento nominal, no “TOTAL CFEM” de 62,33%, em relação a 2020 e um crescimento real de 47,49%, utilizando o IPCA, no mesmo período, ilustrado no Gráfico 4.

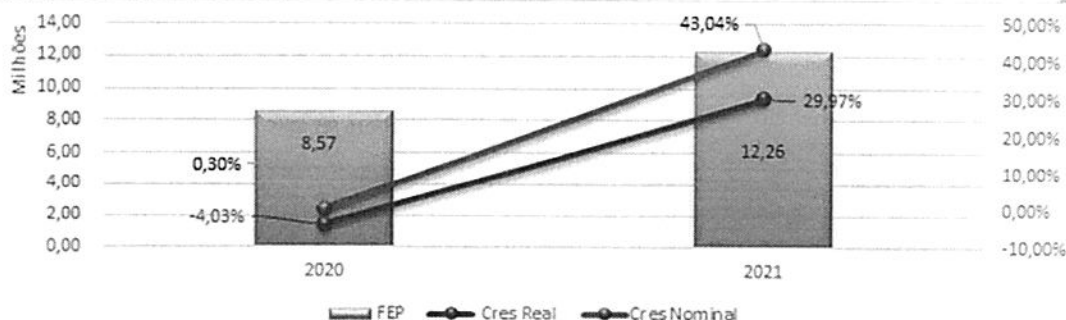
D - FEP

Tabela 6 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado da FEP

FEP	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	12.256.700,36	8.568.543,73	8.542.490,92	8.523.357,20
ORÇADO	8.528.919,00	10.150.247,00	7.213.546,00	5.934.125,00
% Executado	43,71%	(15,58%)	18,42%	43,63%
DIFERENÇA R\$	3.727.781,36	(1.581.703,27)	1.328.944,92	2.589.232,20

O FEP alcançou a receita de R\$ 12,26 milhões, perfazendo 43,71%, ou seja, R\$ 3.727.781,36, de realização abaixo da expectativa da LOA inicial para esta receita orçada no exercício que era de R\$ 8,52 milhões, conforme demonstrativo Tabela 6.

Gráfico 5 - Comportamento do acumulado do FEP de 2020 e 2021



O FEP, em 2021, teve um aumento nominal de 43,04% em relação à 2020 e um crescimento real de 29,97%, no mesmo período, aplicada no Gráfico 5. **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Quanto à destinação, a Lei 7.990/1989 e suas alterações impõem à aplicação dos recursos no pagamento de dívidas com a União e no custeio da educação básica.

E – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

Tabela 7 - Demonstrativo dos recursos Orçados x Realizado das Outras Transferências da União

Outras Transferências da União	2021			2020			2019		
	Realizado	Orçado	% Exec.	Realizado	Orçado	% Exec.	Realizado	Orçado	% Exec.
FEX	0,00	0,00	0,0%	0,00	2.814.004,00	(100,0%)	0,00	2.824.083,00	(100,0%)
AFM	0,00	0,00	0,0%	132.780.114,49	0,00	100,0%	0,00	0,00	0,0
Patrimônio União	0,00	0,00	0,0%	696.622,60	718.079,00	(2,99%)	685.045,39	613.496,00	11,66
Lei Aldir Blac	0,00	0,00	0,0%	7.903.921,01	0,00	100,0%	0,00	0,00	0,0
Lei 176/2020	6.087.957,00	0,00	100,0%	6.420.822,47	0,00	100,0%	0,00	0,00	0,0
	6.087.957,00	0,00	100,0%	147.801.480,57	3.532.083,00	4.184,5%	685.045,39	3.437.579,00	(80,1%)

Cumpra-se elucidar que a contabilidade municipal classifica os Auxílios Financeiros e as transferências de Foros, Laudêmios e Aluguéis do patrimônio da União em conjunto com o FEX, classificando-os em outras transferências da União, conforme lista da Tabela 7.

É importante registrar que os recursos da Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020, foram classificados em Outras Transferências da União por determinação da Ministério da Economia com a publicação da Nota Técnica SEI nº 58903/2020/ME, orientada pelo Parecer SEI nº 19865/2020/ME, nos quais se determina que estes valores não integram as bases de cálculo para composição do FUNDEB, nem para as aplicação mínimas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS).

Todavia, deverão compor a Receita Corrente Líquida – RCL e que, sobre esses valores, haverá a incidência da contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Nos próximos sub itens, seguem-se as explicações dos fatos que envolveram as receitas da Tabela 7.

FEX

O FEX é uma receita que compõem, historicamente, a fonte de recursos ordinários, por não ser um repasse constitucional, depende de documento legal editado para liberação deste recurso. E em 2020 e 2021, não ocorreram publicações para liberação desta receita. Aguardava-se que a Lei 176/2020, aprovada no final do ano de 2020, trouxesse uma estabilidade para este repasse. Todavia, como houver alterações na redação da referida legislação não há horizontes para este repasse, pois entende-se que foi unificada com o recurso da desoneração do ICMS.

AFM

É fato que o Governo Federal editou a Medida Provisória (MPV) nº 938, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei 14.014, de 18 de agosto de 2020, cujo objetivo era compensar as perdas do FPM causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19), por intermédio do percentual negativo da diferença de 2019, totalizando, até novembro, R\$ 39.610.331,32 (trinta e nove milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), e após a publicação de notas técnicas, entendeu-se que a aplicação do recurso ficaria para livre execução. Além dessa MPV, foi aprovada a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a qual destinou R\$ 15,95 milhões para Saúde e Assistência Social e R\$ 77,21 milhões para demais despesas, preferencialmente para mitigar os efeitos da pandemia do coronavírus, um montante de R\$ 132,78 milhões informados na Tabela 7.

Todavia, para o exercício de 2021 não houve nenhuma destinação de recurso, de livre execução, ou que tramitasse sob a administração da SEMFAZ, uma vez que este recurso é um auxílio encaminhado extraordinariamente por intermédio de legislação específica.

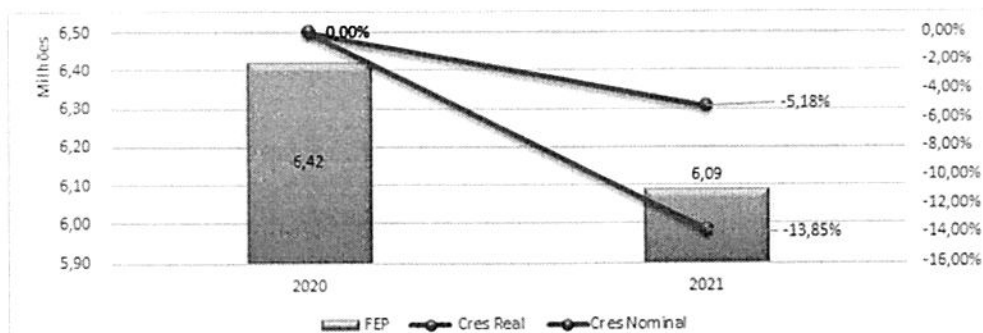
F – ICMS (LEI 87/96) e ICMS (LC 176/20)

Tabela 8 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado da ICMS Desoneração

ICMS Desoneração	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	6.087.957,00	6.420.822,47	-	2.603.715,00
ORÇADO	-	2.807.604,00	2.738.556,00	2.613.997,00
% Executado	100%	128,69%	(100,0%)	(0,39%)
DIFERENÇA R\$	6.087.957,00	3.613.218,47	(2.738.556,00)	(10.282,00)

Esta receita consiste na compensação financeira para contrapor a renúncia fiscal em favor da isenção da incidência do ICMS em produtos manufaturados destinados à exportação. A transferência desse recurso não foi incluída na estimativa da LOA, demonstrada na Tabela 8. Isto, pelo fato de o Congresso Nacional não ter aprovado o Projeto de Lei Complementar tempestivamente, cujo prazo encerrou em agosto de 2019 por determinação legal do Superior Tribunal de Federal (STF). Com a omissão do Legislativo, o STF encerra as disputas judiciais com o acordo firmado na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 25). Recentemente, a PLP 133/2020 foi aprovada e sancionada na Lei Complementar nº 176/2020, culminando no repasse integral do ano de 2020.

Gráfico 6 - Comportamento do acumulado do ICMS Desoneração de 2020 e 2021



Neste sentido, não houve previsão para esta receita no ano, por alterações na legislação, especialmente nos coeficientes de distribuição, ocorreu uma queda nominal de -5,18% em relação à 2020 e uma real de -13,85%, no mesmo período, aplicada conforme Gráfico 6.

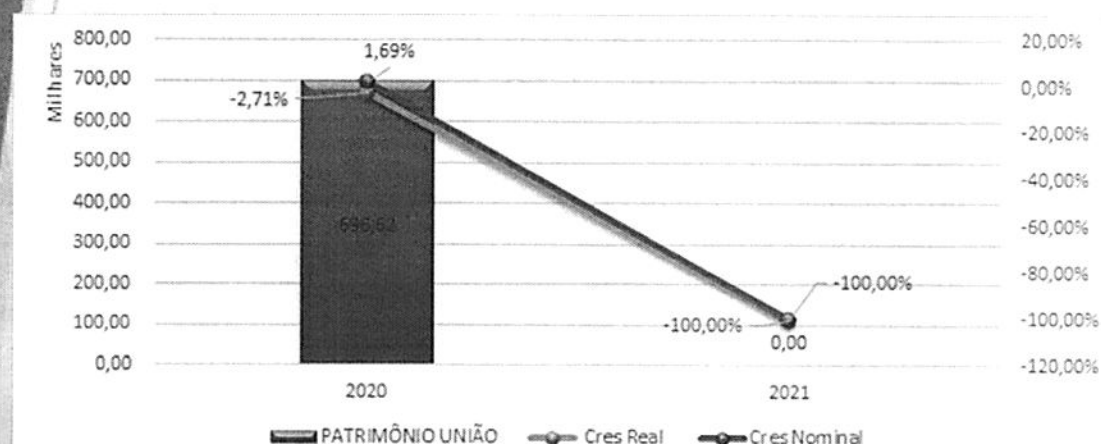
G – PATRIMÔNIO UNIÃO

Tabela 9 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado das Transferências do Patrimônio da União

Patrimônio da União	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	0,00	696.622,60	685.045,39	673.226,48
ORÇADO	0,00	718.079,000	613.496,00	0,00
% Executado	0,00%	(2,99%)	11,66%	100%
DIFERENÇA R\$	0,00	(21.456,40)	71.549,39	673.226,48

A transferência da União das Receita de Foros, Laudêmios e Aluguéis do patrimônio da União localizados no Município de São Luís, em 2020 teve alterações em sua legislação, e devido a pandemia não foram atendidas as exigências tempestivamente, ocasionando a penalidade de suspensão deste repasse, conforme a Tabela 9. Em relação ao comparativo da execução financeira de 2021, o Gráfico 7 ilustra o cenário de ausência do repasse. Gráfico 9

Gráfico 7 - Comportamento das Transferências do Patrimônio da União de 2020 a 2021.



3.1.2.2 Transferências do Estado

As Transferências do Estado totalizaram R\$ 685,65 milhões, superando em 17,42%, ou seja, R\$ 101,7 milhões, da previsão orçamentária inicial da LOA-2021, que foi de R\$ 583,94 milhões, conforme Tabela 10.

Das **Transferências do Estado**, duas são as mais representativas em valores absolutos e relativos com referência às receitas totais do Município, totalizando 27,58%: o ICMS e o IPVA, uma vez que participam com 23,8% e 3,18%,

respectivamente. As demais colaboram no somatório com os 0,59% restantes de acordo com Tabela 10.

Tabela 10- Demonstrativo da Realização do Orçamento 2021- Valores correntes
R\$ 1.000,00

Classificação	Previsão		Realização 2020			
	LOA 2021 (Inicial)		Ingressos		Desempenho	
	Total	Part.	Total	Part.	(Ingressos-LOA)	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RECEITAS CORRENTES	3.179.885,20	95,11%	2.454.031,05	98,70%	-725.854,15	-22,83%
RECEITA TRIBUTÁRIA	763.902,28	22,85%	0,00	0,00%	-763.902,28	-100,00%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.702,61	4,93%	0,00	0,00%	-164.702,61	-100,00%
RECEITA PATRIMONIAL	65.192,91	1,95%	0,00	0,00%	-65.192,91	-100,00%
RECEITA DE SERVIÇOS	415,22	0,01%	0,00	0,00%	-415,22	-100,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.968.640,12	58,88%	2.423.162,93	97,45%	454.522,82	23,09%
Transf. União	981.281,99	29,35%	1.209.422,74	48,64%	228.140,74	23,25%
Transf. Estado	583.948,63	17,47%	685.652,20	27,58%	101.703,57	17,42%
ICMS	506.305,04	15,14%	591.850,37	23,80%	85.545,33	16,90%
IPVA	65.736,14	1,97%	79.176,32	3,18%	13.440,18	20,45%
IPI-EXPORTAÇÃO	4.693,42	0,14%	6.364,21	0,26%	1.670,79	35,60%
CIDE	735,36	0,02%	470,97	0,02%	-264,39	-35,95%
Trans. Est. para SUS	6.478,68	0,19%	7.790,35	0,31%	1.311,67	20,25%
Transf. Multigov. (FUNDEF)	383.737,71	11,48%	509.100,90	20,48%	125.363,19	32,67%
Transf. Convênios	19.671,78	0,59%	18.987,10	0,76%	-684,69	-3,48%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	217.032,07	6,49%	30.868,12	1,24%	-186.163,95	-85,78%
RECEITAS DE CAPITAL	163.548,44	4,89%	32.413,87	1,30%	-131.134,57	-80,18%
RECEITA TOTAL	3.343.433,64	100,00%	2.486.444,92	100,00%	-856.988,72	-25,63%

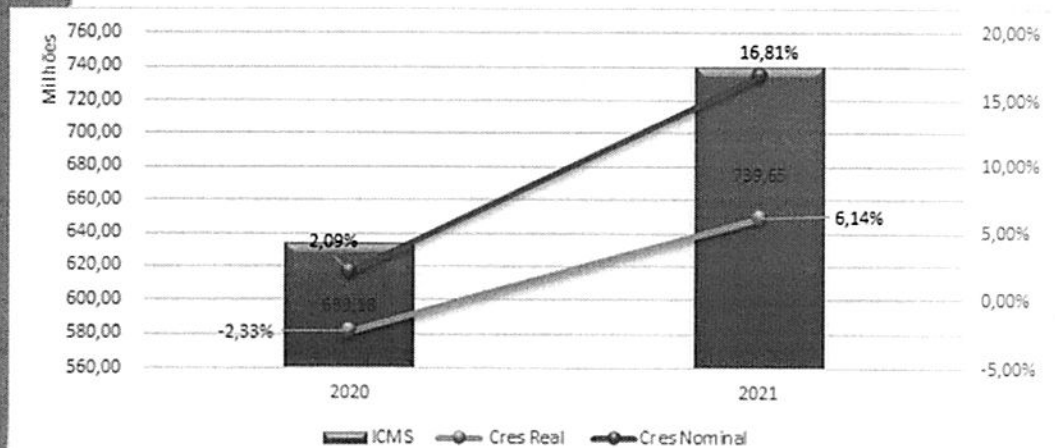
A – ICMS

Tabela 11 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado do ICMS

ICMS	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	739.651.427,76	633.184.734,08	620.240.804,82	536.504.926,82
ORÇADO	632.881.299,00	582.236.035,00	557.735.540,00	501.737.720,00
% Executado	16,87%	8,75%	11,21%	6,93%
DIFERENÇA R\$	106.770.128,76	50.948.699,08	62.505.264,82	34.767.206,82

No exercício de 2021, o repasse deste imposto alcançou R\$ 739,65 milhões, ultrapassando os 632,88 milhões esperados, excedendo em 16,87% a projeção inicial da LOA, um acréscimo de R\$ 106,77 milhões, demonstrados na Tabela 11. Tal fato deu-se por uma alta nos percentuais do ICMS, os pagamentos de impostos que tiveram seus vencimentos adiados ou mesmo divididos, ainda pelo efeito da Pandemia da COVID-19, e a reabertura das atividades comerciais.

Gráfico 8 - Comportamento do acumulado do ICMS de 2020 e 2021



Deste modo, esta receita apresentou um crescimento nominal de 16,81% e um real de 6,14%, comparando-se o exercício de 2020 com o de 2021, na ilustração do Gráfico 8.

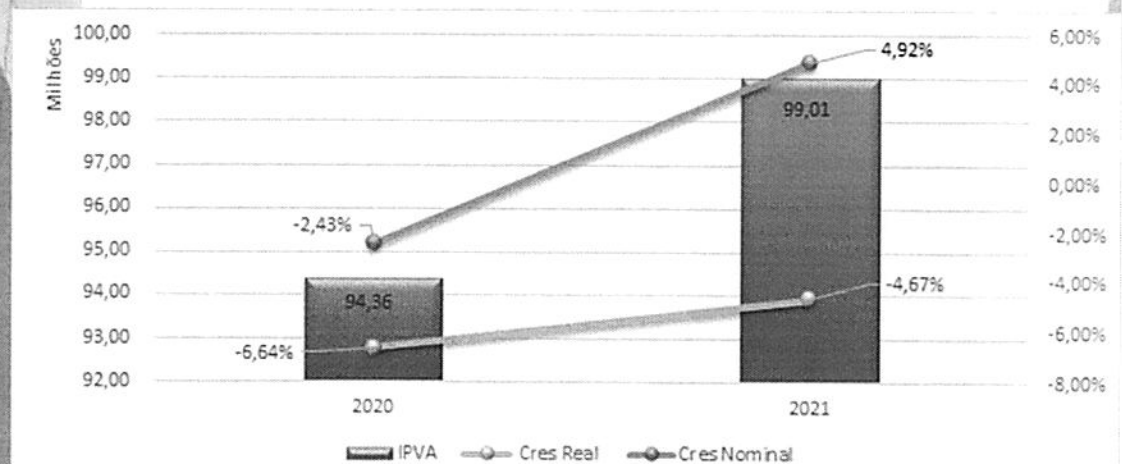
B- IPVA

Tabela 12 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado do IPVA

IPVA	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	99.006.571,20	94.360.709,61	96.708.500,26	87.526.769,23
ORÇADO	82.170.170,00	93.191.003,00	109.235.137,00	85.355.159,00
% Executado	20,49%	1,26%	(11,47%)	2,54%
DIFERENÇA R\$	16.836.401,20	1.169.706,61	(12.526.636,74)	2.171.610,23

A partilha constitucional do IPVA, do Governo do Estado, em 2021, atingiu R\$ 99,01 milhões, superando a projeção inicial da LOA, que era de R\$ 82,17 milhões, um incremento de 20,49%, de acordo com a Tabela 12.

Gráfico 9 - Comportamento do acumulado do IPVA de 2020 e 2021



Todavia, esta receita apresentou uma queda real de -4,67%, contrapondo com um crescimento nominal de 4,92%, comparando-se 2020 com o acumulado de 2021, demonstrados no Gráfico 9.

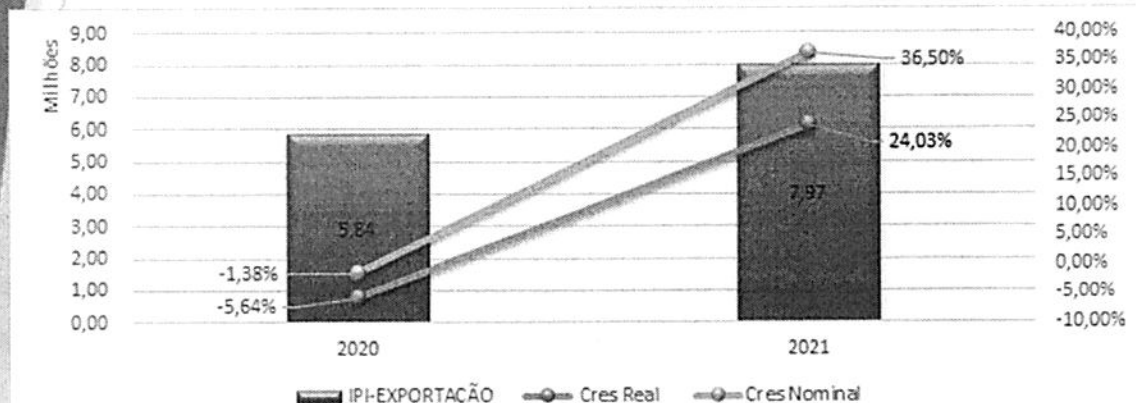
C - IPI-EXPORTAÇÃO

Tabela 13 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado do IPI-Exportação

IPI-Exportação	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	7.973.862,62	5.841.516,48	5.923.064,58	5.216.186,64
ORÇADO	5.866.770,00	8.069.541,00	7.402.217,00	4.851.920,00
% Executado	35,92%	(27,61%)	(19,98%)	7,51%
DIFERENÇA R\$	2.107.092,62	(2.228.024,52)	(1.479.152,42)	364.266,64

O repasse do recurso de IPI-Exportação, que totalizou 7,97 milhões em 2021, registrou um crescimento de R\$ 2,11 milhões, ou seja, de 36,92% a mais que projeção inicial da LOA-2021, que era de 5,87 milhões, conforme Tabela 13.

Gráfico 10 - Comportamento do acumulado do IPI-EXPORTAÇÃO de 2020 e 2021



Comparando, pela visão do Gráfico 10, o exercício de 2021 com 2020, identifica-se um crescimento nominal de 36,50% e um real de 24,03%.

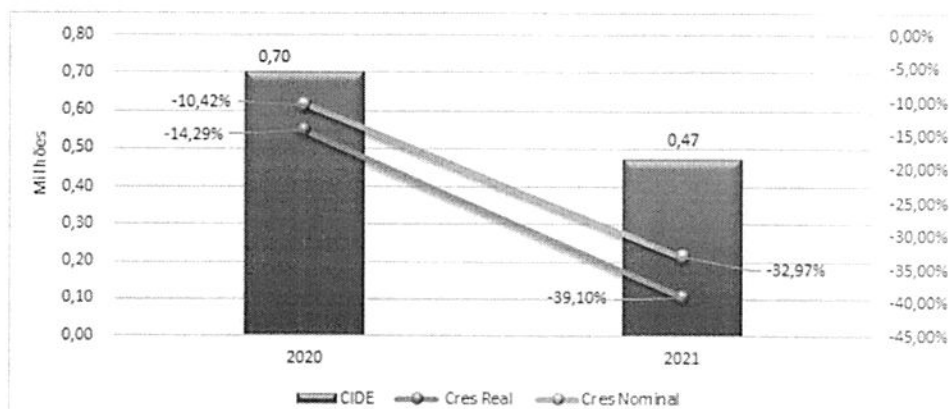
C - CIDE

Tabela 14 - Comparativo dos recursos Orçados x Realizado da CIDE

CIDE	2021	2020	2019	2018
REALIZADO	470.966,01	702.615,75	784.356,16	1.291.506,71
ORÇADO	735.356,00	1.352.108,00	1.569.687,00	1.180.346,00
% Executado	(35,95)	(48,04%)	(50,03%)	9,42%
DIFERENÇA R\$	(264.389,99)	(649.492,25)	(785.330,84)	111.160,71

Na CIDE, mesmo com um aumento no índice, que em 2020 era de 12,749703% e passou a ser 12,758250, em 2021, o recurso totalizou 0,47 milhões, registrando sucessivas queda de acordo com o histórico da Tabela 14, contabilizando -35,95% na execução orçamentária, que na LOA inicial era de 0,74 milhões.

Gráfico 11 - Comportamento do acumulado da CIDE de 2020 e 2021



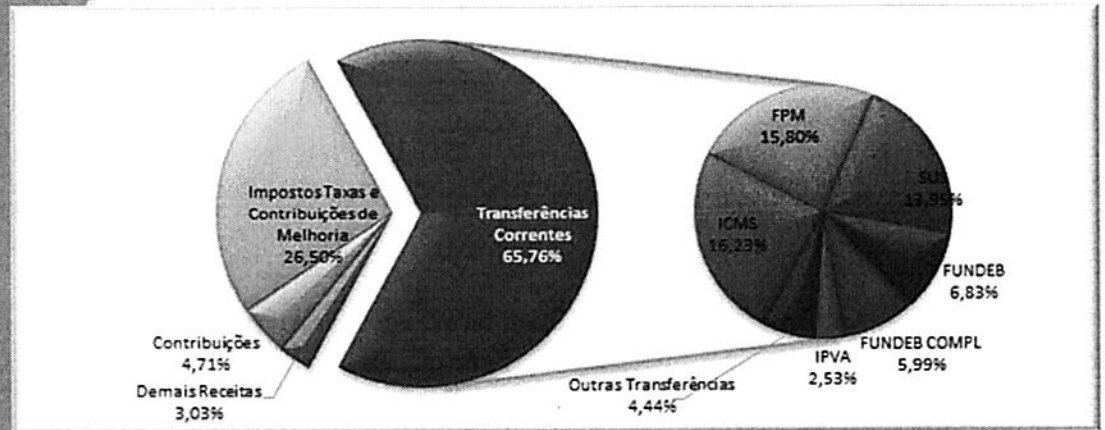
Assim, ocorreu uma queda nominal, no acumulado do ano de 2021, de -32,97% em relação à 2020 e uma queda real de -39,10%, no mesmo período, aplicada no Gráfico 11.

3.1.3 Dependência Financeira

Considerando os consolidados das receitas, faz-se mister a elaboração de comparativos dos recursos das transferências sob a administração da SEMFAZ, com os quais se pode observar a relevância das transferências correntes na execução orçamentária. O Gráfico 12 constitui uma das amostras que foram elaboradas, no exercício de 2019, no qual o reflexo da hegemonia, em 65,76% (sessenta e cinco vírgula setenta e seis por cento) do total dos recursos, provém desta cessão. Ainda no mesmo gráfico pode-se perceber o

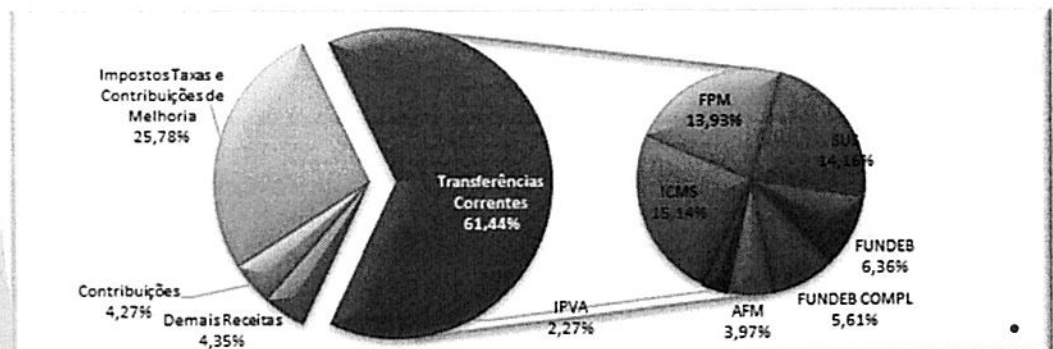
destaque de cada uma das receitas que compõem o grupo das transferências correntes. Deste modo, no ano de 2019, FPM e ICMS ficaram bem próximos.

Gráfico 12 - Representação da Transferências Intergovernamentais no exercício de 2019



No exercício financeiro de 2020, o percentual das transferências correntes aumentou para 61,44% (sessenta e um vírgula quarenta e quatro por cento) do total dos recursos do Município, com ICMS maior que o FPM, na visão do

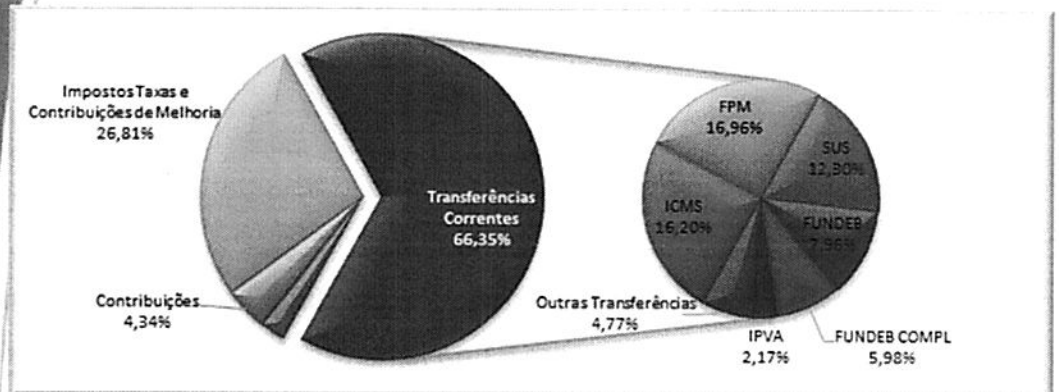
Gráfico 13 - Representação da Transferências Intergovernamentais no exercício de 2020



No acumulado de 2021, as transferências correntes já estão com o percentual de 66,35% (sessenta e seis vírgula trinta e cinco por cento) do total da arrecadação do Município, com ICMS maior que o FPM, conforme

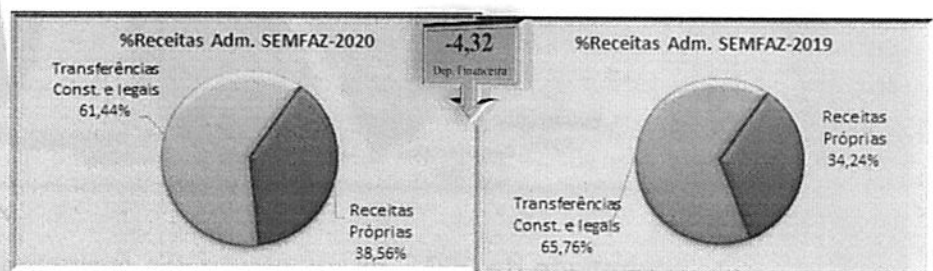
Gráfico 14.

Gráfico 14 - Representação da Transferências Intergovernamentais de janeiro a novembro de 2021



Traduzindo-se mais para o ramo das finanças e contabilidade pública, o Gráfico 15 retrata a dependência financeira¹ do Município de São Luís que diminuiu em 4,32 (quatro vírgula trinta e dois pontos percentuais), das transferências legais e constitucionais em relação às receitas próprias, no exercício de 2020.

Gráfico 15 – Percentual de dependência financeira nas receitas administradas pela SEMFAZ em 2020



¹ Trata-se da subtração dos percentuais da mesma categoria de dois períodos, no caso, 2020, comparado com o mesmo período do ano anterior, 2019. Prática comum nos comparativos do setor da contabilidade na administração pública municipal em que se isolam os recursos de Receitas Intra orçamentárias.

Gráfico 15 apresenta um comparativo das receitas no exercício de 2020, o qual demonstra a cobertura dos recursos próprios do município com 38,56% (trinta e oito vírgula cinquenta e seis por cento) das receitas executadas no exercício. Se comparados os percentuais à 2019, subtraindo os 34,24% (trinta e quatro vírgula cinquenta e vinte e quatro por cento), chega-se a um aumento na dependência financeira das transferências ao Município de -4,32 (quatro vírgula trinta e dois pontos percentuais negativa).

Gráfico 16 – Percentual de dependência financeira nas receitas administradas pela SEMFAZ de 2021



No acumulado de 2021, apresenta-se no Gráfico 16 um aumento da dependência financeira em 4,91 (quatro vírgula noventa e um pontos percentuais) em relação a 2020.

Estudos internos, por painéis de BI, apontam para uma oscilação bem tênue na dependência financeira do Município de São Luís em relação às transferências constitucionais e legais nos anos anteriores, e o valor que baixou no ano anterior aumentou neste, mas a importância destes repasses é inquestionável. Nesse sentido, observa-se que mais de 66% (sessenta e seis por cento) dos recursos do Município originam-se das transferências efetivadas pelos Governos Estadual e Federal. Face a tal dependência qualquer variação nestas receitas impactam em proporção bem semelhante no poder de pagamento do Município, especialmente as receitas de maior relevância, como ICMS e FPM.

3.2 Programas e Ações

3.2.1 Secretaria Municipal da Fazenda - 14.101 – SEMFAZ

3.2.1.1 Programa 0403 – Gestão Fiscal Eficiente

Este programa objetiva possibilitar a implementação das políticas públicas de natureza tributária e fiscal, de modo a contribuir para o exercício do poder-dever constitucional da administração pública municipal, que se caracteriza em instituir e arrecadar seus tributos para cumprir a missão institucional do órgão.

Para levar a termo o programa de gestão eficiente, a Semfaz tem trabalhado no desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas fazendárias, tendo por premissa a aliança entre **desenvolvimento tecnológico, inteligência fiscal e capital humano**.

Enquadram-se neste programa as seguintes ações:

Ação 2150 - Conselho de Contribuintes do Município

3.2.1.1.1 - Criação do TARF

O Conselho de Contribuintes do Município de São Luís – CCM, criado pela Lei nº 1.844, de 16 de setembro de 1969, e respectivas alterações, **passou a denominar-se Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Município de São Luís – TARF**, conforme previsão expressa no artigo 222, do Capítulo IX da Lei nº 6.289/2017 (Código Tributário Municipal - CTM).

3.2.1.1.2 - Membros do TARF

Presidente: Francisco Flávio Farias Filho

Representantes do Poder**Executivo**

- João Evangelista Costa Figueiredo;
- João Maria Araújo Dos Santos;
- José Haroldo Tajra Reis;
- Antônio José Dos Santos;
- Airton José Tajra Feitosa – PGM.

Representantes dos Contribuintes

- Antônio De Sousa Freitas - Associação Comercial;
- Helcimar Araújo Belém Filho – Conselho Regional de Contabilidade;
- Antônio De Moraes R. Gaspar - Federação do Comércio do Maranhão;
- Marcelo Ribeiro Mendes – Federação das Indústrias do Maranhão.

3.2.1.1.3 - Execução Orçamentária do TARF

Despesas do TARF - 2021

Posição 31.12.2021

Em R\$ mil

Ações	LOA Atualizada	Empenhado	%
Custeio do TARF	247,89	74,44	8,4
Quadro do TARF	1.137,11	809,56	91,6
TOTAL	1.385,00	884,00	100,00

Fonte: Balancete das Despesas - GIAP

A posição atualizada da **execução orçamentária** da atividade do TARF, relativa ao período de janeiro a 31.12.2021, encontra-se no quadro ao lado, sendo **91,6% com despesas do**

quadro do Tribunal. Ressalta-se que o TARF se vale das dotações da ação de custeio da SEMFAZ para a manutenção das suas coordenadorias, pelo fato de ocupar o mesmo prédio desta última e a operacionalização das despesas ficar mais desburocratizada. Assim, apenas utiliza-se de dotação própria para viabilizar despesas de pequeno valor para pronta realização.

3.2.1.1.4 - O TARF no Portal da SEMFAZ

Visando melhorar a comunicação da Fazenda Municipal com os Contribuintes, foi criada, no site da SEMFAZ, uma aba específica para tratar de todos os assuntos do TARF. **Esse ambiente online encontra-se em adiantada fase de conclusão e disponibilizará o acesso** aos documentos produzidos por este Órgão (**Atas, Pautas, Acórdãos, Solicitação de Sustentação Oral, Contatos e outros**), inclusive a Revista Tributária.

3.2.1.1.5 - Sessões do TARF

Após a publicação do Decreto nº 56.641, de 10 de dezembro de 2020, que aprovou o Regimento Interno do TARF, as **sessões de julgamento** do TARF

foram iniciadas em fevereiro de 2021, com sessões de julgamentos dos processos na 1ª e 2ª Câmaras.

3.2.1.1.6 - Resumo Geral do Desempenho do TARF

SESSÕES REALIZADAS PELO TARF, EM 2021

Discriminação	Quant.
Na Primeira Câmara	51
Na Segunda Câmara	51
No Tribunal Pleno	12
Total	114

Fonte: CAA/TARF

VALORES DOS PROCESSOS JULGADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Discriminação		Valor
Na Primeira Câmara	R\$	2.162.074,26
Na Segunda Câmara	R\$	17.048.047,42
Total	R\$	19.210.121,68

Fonte: CATN/TARF

Ação 2152 - Otimização da Gestão Tributária

A SEMFAZ tem implementado uma série de medidas, buscando à regularização de suas obrigações, em meio a uma situação de fragilidade econômico-financeira, tudo em prol do objetivo precípuo de restabelecer o necessário equilíbrio fiscal.

Execução Orçamentária

Execução Orçamentária 2021
Ação da SEMFAZ - Otimização da Gestão Tributária
Posição 31.12.2021
Em R\$ mil

Movimento	Valor
Orçado	10.603,99
Suplementado	1.454,72
Anulado	645,91
Dotação atualizada	11.412,80
Empenhado	8.665,11
Liquidado	6.736,75
Pago	6.630,23

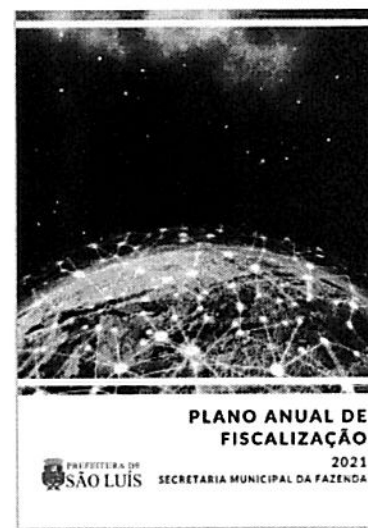
Em 2021 foi orçado para esta ação o valor de R\$ 10.603,99 mil. No decorrer do exercício R\$ 1.454,72 mil foram suplementados e R\$ 645,91 anulados, totalizando assim R\$ 11.412,80 mil. Desse total foram comprometidos 75,9% com empenhos acumulados (R\$8.665,11mil), liquidados (R\$ 6.736,75

mil) e pagos (R\$ 6.630,23 mil).

3.2.1.1.7 - Plano Anual de Fiscalização

A Semfaz lançou, em abril de 2021, o Plano Anual de Fiscalização de 2021, aprovado na Portaria nº 037/2021-GS (05.03.2021), com todas as ações que seriam realizadas no âmbito do setor de fiscalização, abril a dez/21. Com essas ações o fisco municipal prevê o crescimento de 4,2% da receita municipal.

A Agenda 21 integra o Plano Anual de Fiscalização, constituída por 10 ações que tem como objetivo principal incrementar a arrecadação da receita tributária própria do Município de São Luís – MA em 20%, nos próximos seis meses (março a agosto/2021).



3.2.1.1.8- Lançamento IPTU

O IPTU 2021 foi **lançado, em 6 de junho**, os dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU 2021), no portal do órgão (www.semfaz.saoluis.ma.gov.br), sendo que a primeira parcela e a cota única tiveram vencimento para o dia 7 de julho e as demais parcelas distribuídas em até seis vezes com vencimento previsto para o quinto dia útil de cada mês, conforme o calendário, conforme o calendário ao lado.

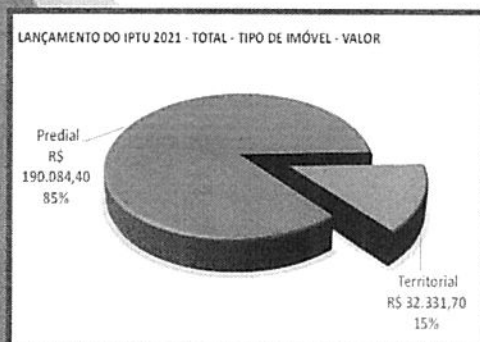
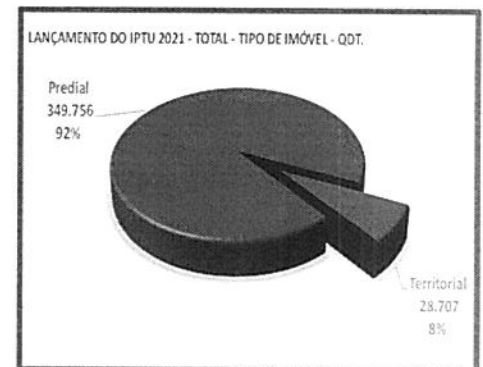
Os contribuintes que efetuaram o pagamento à vista tiveram **15% de desconto**. Já os que optaram pelo **parcelamento**, puderam fazê-lo **em até seis vezes**.

O pagamento pôde ser efetuado em **qualquer agência bancária**, quando o CPF/CNPJ do contribuinte estava identificado no boleto. Aqueles sem este registro, puderam utilizar os **canais de autoatendimento ou App do Banco do Brasil, Caixa Econômica e Itaú**.

Para facilitar o **acesso** do cidadão ao IPTU 2021, a Semfaz disponibilizou uma rede diversificada, tanto **presencial como remotamente**.

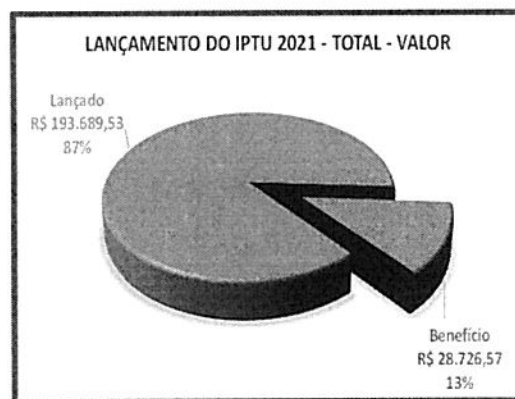
- Site <https://www.semfaz.saoluis.ma.gov.br/iptu20211>;
- Central de Atendimento do IPTU;
- Postos avançados de atendimento;
- WhatsApp ou ligação: (98) 99114-9142 e (98) 99197-9893;
- E-mail: centraldeiptu2021@semfaz.saoluis.ma.gov.br.

Em termos de **quantitativo de imóveis alcançados pelo lançamento do IPTU 2021**, a **categoria predial** representou 92% (349.756) do total de imóveis e os **territoriais** a apenas 8% (28.707).



Já com relação ao **valor do lançamento do IPTU 2021**, os imóveis prediais ocupam uma fatia de 85% (R\$190,09 milhões) do total lançado, restando aos territoriais 15% (R\$32,33 milhões).

Porém, os números do lançamento do IPTU 2021 revelam que **13%** (R\$28,7 milhões) do montante total (R\$ 222,4 milhões) não serão arrecadados por se tratar de imóveis enquadrados em algum **benefício fiscal**, quais sejam:



PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL
PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTADUAL
PATRIMÔNIO PÚBLICO FEDERAL
ISENÇÃO POR VALOR
ISENÇÃO POR PORTARIA
ZONA RURAL

P.A.R.
TEMPLOS RELIGIOSOS
FUNDAÇÃO
ASSOCIAÇÃO
IMÓVEIS NA PLANTA

3.2.1.1.9 - Lançamento Alvará

Para os contribuintes que faturaram acima dos R\$ 250 mil no último ano, o lançamento da Taxa de Licença e Verificação Fiscal (Alvará) para Localização e Funcionamento e da Taxa de Expediente para emissão de Diploma de Alvará, continuaram normalizadas, com emissão feita via site e/ou presencialmente em um dos postos de atendimento da Semfaz e a guia teve vencimento o dia 9 de março. As dúvidas puderam ser elucidadas via contato pelo e-mail: info@semfaz.saoluis.ma.gov.br.

A SEMFAZ disponibilizou na página do órgão (www.semfaz.saoluis.ma.gov.br) a guia para emissão da Taxa de Licença e de Verificação Fiscal para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos (Alvará) - exercício 2021.

O documento também pôde ser emitido presencialmente, no Setor de Atendimento da Semfaz ou no Centro de Apoio ao Trabalhador, localizado no bairro Cohab Anil III - em frente ao Terminal de Integração da Cohab.

A Taxa de Licenciamento e Verificação Fiscal (Alvará de Funcionamento) em 2021 registrou o total de R\$12.089.801,55 (doze milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e um reais e cinquenta e cinco centavos).

3.2.1.1.10 - Atendimento ao Contribuinte

Ao longo de 2021, a Semfaz trabalhou incansavelmente na otimização e melhoria da prestação de serviços ao contribuinte. No último ano, a Semfaz inaugurou **dois novos postos de atendimento** na capital maranhense, avançou no atendimento on-line, através de aplicativo de mensagens e progrediu na modernização do sistema tributário municipal, a fim de dar celeridade no acesso do cidadão aos serviços oferecidos pelo fisco municipal por meio do site do órgão (www.semfaz.saoluis.ma.gov.br).

O resultado das mudanças realizadas pela atual gestão, com foco na prestação de serviços foi a **diminuição das conhecidas filas** no setor de atendimento da Semfaz e a **celeridade do tempo do atendimento** das demandas dos contribuintes.

Outra mudança notada, é o **avanço no atendimento on-line**, através de aplicativo de mensagens – WhatsApp, que ao longo de 2021 acumulou mais de 88 mil atendimentos a demandas enviadas pelos contribuintes ao canal.

De acordo com dados do relatório do atendimento da Semfaz, em 2021, o órgão registrou 88.317 atendimentos. A sede acumulou 55% dos atendimentos, seguida pelo atendimento via WhatsApp (25%), Shopping da Ilha (7%), Golden Shopping (5%), Shopping Passeio e São Cristóvão (2%) e Cohab (1%). Os meses de julho e agosto, concentraram mais atendimentos durante todo o ano, sendo 9.340 atendimentos realizados em julho e 9.285 em agosto.

O contribuinte também tem acesso a grande parte dos serviços da Semfaz, como emissão de Alvará, IPTU, ISS, ITBI e outros impostos municipais, via portal (www.semfaz.saoluis.ma.gov.br).

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, o **site da Semfaz obteve 1.573.302 visualizações** de página, com a maior parte dos acessos sendo registrados no mês de junho que acumularam mais de 4 mil acessos por dia.

A - Canais de Atendimento On-line

A Semfaz avançou muito no atendimento on-line ao contribuinte, para isso, foi necessário muita organização e planejamento para a execução dessa atividade que, atualmente, é a base da prestação de serviços.

Para o atendimento on-line, o cidadão deve entrar em contato com a Semfaz, por meio dos contatos (apenas WhatsApp): (98) 99162-9940 e 99156-0673, ou pelo e-mail info@semfaz.saoluis.ma.gov.br.

Pelo WhatsApp Semfaz, os contribuintes têm acesso a diversos serviços, dentre eles, emissão de IPTU, alvará, certidão de débitos, certidão de ITBI, guias, notas fiscais, consulta de processos e esclarecimento de dúvidas diversas.

Ao entrar em contato pelo WhatsApp, o contribuinte já recebe todas as orientações, o que resulta no atendimento mais célere e com qualidade.

B - Postos de Atendimento

O avanço no atendimento on-line é indiscutível, mas o atendimento presencial continua funcionando e ainda é opção para muitos cidadãos. Por isso, a Semfaz continua com seus postos de atendimento presencial em pleno funcionamento e, atualmente, com seis postos disponíveis em diversos pontos da cidade, com horário de atendimento estendido e aos finais de semana, para facilitar o acesso do cidadão aos serviços realizados pelo fisco municipal.

Abaixo, os postos, localização e horários de atendimento:

Agência de Atendimento da Semfaz (Avenida Kennedy, nº 1455)
De segunda a sexta-feira - das 8h às 16h

Viva Cidadão (Shopping da Ilha) – Agendamento pelo site do Procon
De segunda-feira a sábado - das 10h às 22h

Viva Cidadão (Golden Shopping) – Agendamento pelo site do Procon
De terça-feira a sábado - das 10h às 22h

Viva Cidadão (Shopping Passeio – Cohatrac) – Agendamento pelo site do Procon -
De segunda a sexta-feira - das 10h às 22h

Centro de Apoio ao Trabalhador (Cohab)
De segunda a sexta-feira - das 8h às 14h

Terminal de Integração do São Cristóvão – Agendamento pelo site do Procon De
segunda a sexta-feira - das 7h às 17h

3.2.1.1.11 - Cobrança de Parcelamentos Inadimplidos

Essa ação constituiu parte da **Agenda 21 da Semfaz** e visou impulsionar a cobrança dos inadimplentes de parcelamentos com mais de três parcelas vencidas (consecutivas ou alternadas), de modo a incrementar em 10% a arrecadação do tributo, no período de março a agosto/2021.

Sob a liderança da Superintendência da Área de Lançamentos e Arrecadação, após a identificação dos contribuintes alvo dessa ação, foram alcançados os seguintes resultados:

Contratos cancelados

Situação	Quant.	Valor
Contratos da PGM consolidados no STM e NÃO transferidos para o SPA	2.059	57.276.468,84
Contratos da PGM consolidados no STM e transferidos para o SPA	4.908	55.877.089,97
Contrato cancelado, mas não transferido para a PGM por haver DAM vincenda aguardando pagamento	1	-
Contratos prescritos	1.044	6.389.398,21

Fonte: Superintendência da Área de Lançamentos e Arrecadação

Situação dos créditos transferidos para a PROFIS/PGM

SITUAÇÃO CRÉDITO	QTD	DEVOLVIDO	TOT. DEVIDO	TOTAL PAGO
SALDO DÉBITO	11	SIM	155.814,38	25.051,24
SALDO ZERO	1	SIM	0,00	2.686,64
BAIXA POR REVISÃO DE OFÍCIO	5	SIM	3.161,16	0,00
CANCELADO DEC ADMINISTRATIVA	3	SIM	41.193,97	0,00
DÉBITO PGM	4.751	NÃO	50.657.136,36	77.065,63
QUITADO PGM	57	NÃO	158.034,77	207.590,71
PARCELADO PGM EM DIA	79	NÃO	5.022.534,59	259.007,97
PRESCRIÇÃO PGM	1	NÃO	13.052,60	0,00
TOTAL	4.908		56.050.927,83	571.402,19

Fonte: Superintendência da Área de Lançamentos e Arrecadação

Contratos não cancelados

Motivo	Quant.	Valor
Possui parcelas prescritas ou remidas.....	23	549.491,27
Existe parcela com DAM a vencer	29	174.364,07
Não localizado o identificado do registro de parcelamento no SIAT	3	13.342,91
Não quitado por débito residual	139	1.809,88
Cancelados mas não consolidados no STM – mantém as parcelas em aberto no extrato	50	1.470.745,58

Fonte: Superintendência da Área de Lançamentos e Arrecadação

3.2.1.1.12 - Simples Nacional

A Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), levando em consideração a segunda onda de contaminação da Covid-19 e a necessidade de adoção de medidas que visavam a prevenção ao contágio pela doença, alterou o **atendimento do ISS para a modalidade remota**. Assim sendo, o atendimento ao contribuinte do Simples Nacional, passou a ser realizado exclusivamente pelo contato: (98) 99129-2138 (ligação e WhatsApp).

Lista de serviços:

- Emissão de guias de ISS do Simples Nacional;
- Esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao ISS Simples Nacional
- Agendamento para realização de parcelamentos de débitos de ISS do Simples Nacional.

Foram realizados **1.035 atendimentos** no período de janeiro a novembro de 2021, conforme evidenciado no quadro ao lado, sendo **75%** deles via **Whatsapp** e **24,2%** presencialmente.

Atendimentos - SIMPLES Nacional

Forma de atendimento	Quant.	%
Atendimentos on-line (WhatsApp)	785	75,8
Atendimentos presenciais	250	24,2
Total	1.035	100,0

Relativamente aos **processos recepcionados** no mesmo período, foi **analisado** o total de 676 processos.

O **ISSQN Simples Nacional** registrou **arrecadação** de R\$50.085.859,84 (cinquenta milhões, oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

3.2.1.1.13 - ISS Retido – Contribuinte Substituto

O ano de 2021 foi marcado pelo forte desenvolvimento/estruturação do Grupo Técnico Substituição Tributária – GTST. O GTST realiza atividades regulares de atendimento ao público (processos, análise de CNRs, dúvidas no e-mail corporativo, atendimento via WhatsApp etc.), sendo responsável pelo desenvolvimento da malha fiscal para identificação dos maiores devedores de ISSQN RETIDO, como também pela nomeação de grandes tomadores de serviços como substitutos tributários, atualizando a lista de substitutos tributários à realidade de 2021. Ambas as iniciativas da Agenda21.

No período base de comparação de janeiro a novembro de 2021. o GTST respondeu aproximadamente 80 processos físicos; 260 solicitações eletrônicas de Certidões de Não Retenções (CNRs); centenas de dúvidas via e-mail corporativo e WhatsApp; e diversos atendimentos presenciais.

Ampliação da Base de Contribuintes Substitutos

Foi desenvolvida uma **malha fiscal** que possibilita em uma única consulta analisar a situação fiscal de todos os substitutos tributários. Como consequência, substitutos que estavam “fora do radar” passaram a ser controlados/monitorados, sendo possível ordenar os maiores devedores de ISSQN Retido para priorizar as ações fiscais.

Como resultado desse trabalho, o **Decreto nº 57.089/2021 nomeou 114 entes privados como novos substitutos tributários**, totalizando em 20.12.21. Os novos contribuintes **tomaram conjuntamente** nos anos de 2019 e 2020 aproximadamente **250 milhões de reais em ISSQN**. Com a nomeação desses novos substitutos tributários, **haverá um incremento na arrecadação espontânea**, além de facilitar a fiscalização sobre esses serviços.

Notificações Preliminares de Débito (NPD)

As Notificações Preliminares de Débitos – NPD, são notificações que têm por objetivo comunicar aos **contribuintes substitutos**, de forma pedagógica, tratando das possibilidades dele se apresentar de forma espontânea junto ao fisco municipal para esclarecimentos quanto aos seus créditos tributários.

Foram emitidas 13 (treze) NPDs para órgãos e entidades da administração estadual, possibilitando a regularização da situação fiscal.

O conjunto dos **13 (treze) contribuintes notificados** com as NPDs resultou no **recolhimento de ISSQN RETIDO** – de janeiro a novembro de 2021 – em valor superior a **34 milhões de reais, um aumento de 52%** em relação ao recolhido no mesmo período de **2020** e **de 91%** em relação ao recolhido no mesmo período de 2019, conforme gráfico ao lado.



Ações Fiscais / Auto de Infração

Foram realizadas **ações fiscais em 13 (treze) grandes contribuintes** públicos e privados. Algumas ações fiscais foram necessárias para fins de resoluções de situações identificadas em processos administrativos; outras decorrentes do alto valor do débito de ISSQN Retido. Em decorrência dessas fiscalizações, já **foi arrecadado mais de um milhão de reais** e ainda há **mais de 64 (sessenta e quatro) milhões de reais** que estão ou em suspensão administrativa ou a espera de serem executados pela PGM.

Resumo das ações fiscais do GTST

Valor Arrecadado	1.151.233,23
Valor ainda em cobrança	64.305.531,11

Fonte: Dados coletados no sistema STM

Cadastro de Empresa Não Estabelecida e Certidão de Não Retenção - CNR

Dentre várias ações desenvolvidas, devemos destacar o sistema de Cadastramento de Empresa Não Estabelecidas – **CENE**. O CENE é um programa que foi instituído pelo decreto nº 45.151/2014 (Art. 6º), atualizado pelo Decreto nº 57.089/2021 que objetiva realizar a inscrição das empresas não estabelecidas em São Luís e que estejam prestando serviços a tomadores estabelecidos neste município. Ressalta-se ainda a certidão de não retenção – **CNR** (Art. 4º, § 2º) que é um documento que desobriga o prestador de serviço de ter o ISSQN retido pelo tomador de São Luís.

A CNR é solicitada através do site desta SEMFAZ pelo prestador de serviço para formalizar um processo eletrônico que é analisado pelo GTST, o qual emite o parecer de deferimento ou de indeferimento da CNR. O quantitativo estimado de atendimento/análise das CNR, durante o período de 2021, encontra-se demonstrado no quadro a seguir.

Certidões de Não-Retenção

Ref.: 2021

	Quant.
Cadastro de Emp. Não Estabelecidas	396
Solicitações de CNR:	280
Solicitações de CNR Deferidas	133
Solicitações de CNR - Indeferidas	139
Solicitações de CNR - Ativas	8

Fonte: SIFIS/SEMFAZ - GTST

Arrecadação do ISS Retido

Abaixo são evidenciados os dados de arrecadação de ISSQN Retido no período de **janeiro de 2021 a novembro de 2021**, comparando-a com o mesmo período de 2019 e 2020, correspondendo a um **aumento de 29%** em relação a 2019, correspondendo a um **acréscimo de R\$ 58 milhões**; e de **21%** em relação a 2020, equivalente a **R\$ 44 milhões**.

Arrecadação do ISS Retido

Ref. Jan a nov/2021

R\$ mil

	2019	2020	2021
jan	16.840,10	17.194,79	17.483,69
fev	13.924,31	16.711,85	17.921,24
mar	15.228,52	21.189,03	19.188,83
abr	17.055,35	17.673,86	21.053,77
mai	19.428,46	17.001,40	22.391,76
jun	18.480,80	16.521,53	22.318,88
jul	17.979,63	17.707,76	24.091,95
ago	19.097,19	20.633,95	25.378,29
set	18.866,93	20.665,51	24.135,57
out	19.968,54	22.988,06	28.912,33
nov	22.642,29	24.546,25	34.693,55
Total	199.512,12	212.833,99	257.569,86

Diante do exposto, visualiza-se que – mesmo em um contexto de situação social/econômica/sanitária adversa devido à pandemia de COVID-19, houve um aumento expressivo da arrecadação de ISSQN Retido no exercício de 2021.

3.2.1.1.14 - Empresas do Segmento de Saúde

Foi realizada uma frene de fiscalização voltada para o segmento da Saúde, tendo ocorrido auditorias a 8 (oito) contribuintes e diligências a 5 (cinco) contribuintes do setor de Saúde.

Das fiscalizações realizadas, 3(três) foram concluídas com lavratura de **notificações/autos de infração, totalizando R\$ 2.841.240,89**, dos quais, R\$ 11.339,19 foram recolhidos à vista, e R\$ 153.452,71 estão em suspensão por recurso administrativo.

Destaca-se como resultado que motiva, o caso de que uma das empresas autuadas nunca havia emitido nota fiscal em São Luís e sua matriz era sediada no município de São José de Ribamar com 6 filiais em São Luís, com arrecadação do ISSQN neste município, de apenas R\$ 40.709,43, no período de 05/2019 a 07/2021 (antes da fiscalização).

Como resultados dessa fiscalização, são apontados:

- ✓ Notificação/auto de infração no valor de: R\$ 2.676.448,99; e
- ✓ Recolhido espontâneo do ISSQN de R\$ 310.424,40, desde a mudança de endereço.

Resultados das Fiscalizações do Segmento Saúde

Discriminação	Valor
Valor levantado em notificação/autuação	R\$ 2.841.240,89
Valor arrecadado à vista	R\$ 11.339,19
Evidência de autuação	R\$ 1.300.000,00
Recolhimento espontâneo após fiscalização	R\$ 310.424,40

Fonte: SIFIS/SEMFAZ - GTST

4.6.3.15 Ação de Fiscalização – maiores devedores do ISS Retido

A ação, integrante das ações estabelecidas na Agenda 21 da Semfaz, visou à fiscalização de, pelo menos 50% dos débitos constituídos de ISSQN RETIDO relativo a empresas privadas prestadoras de serviços à **Administração Pública Federal e Estadual**, tendo como efeito a arrecadação imediata do crédito tributário ou o lançamento da penalidade (100% do valor devido).

Para o desenvolvimento desta ação, destaca-se como fundamental agente alavancador a implementação de uma nova ferramenta no STM, permitindo melhor visualização das situações dos substitutos tributários, capaz de oferecer comparações e análises entre os contribuintes, de modo a priorizar os maiores devedores de ISSQN Retido.

Com o auxílio da nova ferramenta, foi identificado que algumas **empresas públicas estaduais** são grandes devedoras de ISSQN Retido devido período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, tendo sido emitidas 13 (treze) **Notificações Preliminares de Débitos (NPD)**, possibilitando aos notificados a oportunidade de regularização ao Fisco Municipal.

Além das atividades citadas acima, **10 fiscalizações** foram abertas durante esse período, das quais 7 já foram concluídas e duas estão em andamento. O quadro abaixo evidencia os resultados.

	Ações Realizadas		Em andamento	
	Quant.	Valor	Quant.	Saldo devedor
Privadas	3	655.895,13	-	-
Empresa Estadual	-	-	1	24,7 mi
Federais	5	692.933,30	1	-
Total	8	1.348.828,43	2	

3.2.1.1.16 - Empresas do Segmento de Instituições Financeiras – DESIF

A fiscalização sobre os contribuintes do segmento de instituições financeiras é efetuada por monitoramento constante, pelo Grupo Técnico DESIF responsável por acompanhar a emissão das Declarações de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) recepcionadas, e por lavrar autos de infração pelo descumprimento das obrigações acessórias (O.A.).

A DES-IF é implementada com a disponibilização de aplicativo de preenchimento pelas instituições financeiras, constituindo-se um módulo do Sistema Tributário do Município (STM), o qual recepciona as DES-IF e promove o cruzamento de informações com a arrecadação do ISSQN dos contribuintes do segmento.

Em 2021, o levantamento e a cobrança de obrigações acessórias das instituições financeiras constituíram uma das ações da Agenda 21 da SEMFAZ, desenvolvida com o objetivo principal de pavimentar o incremento a arrecadação através do cumprimento das obrigações tributárias relativas à DES-IF, tendo sido realizadas as seguintes atividades:

- **fiscalização e cobrança das instituições com pendências nas entregas das DES-IF**, no período de 2016 a 2020, totalizando a importância de R\$23.223.185,64. Ressalte-se que este valor entrega percentual superior ao

montante de ISSQN Próprio arrecadado pelas IF no mesmo período. Além do que bate a meta proposta, só neste quesito.

- **entrega via Correios desses autos de infração** para garantir de recebimento pelas Instituições Financeiras;
- **publicação no Diário Oficial do Município (DOM) da lista dos autos de infração** gerados e notificados via Correios, estabelecendo prazo definido em lei para impugnação.

As notificações das autuações foram realizadas por meio eletrônico através de análise dos dados e de cruzamento de informações. A descrição de cada e a situação do crédito tributário estão apresentadas na referida tabela.

Detalhamento das Ações Eletrônicas – DES-IF

Discriminação	Quant.	Valor levantado
DEFESA	327	18.252.523,39
PAGO	16	104.342,00
PARCELADO	0	0,00
COBRANÇA	95	4.826.270,80
Total	438	23.183.136,19

Fonte: sistema STM

3.2.1.1.17 - ISSQN na Armazenagem em Terminal Portuário

Essa ação constou na Agenda 21 da SEMFAZ e visava incrementar em 20% a arrecadação do tributo, mediante monitoramento, regularização e cobrança de créditos tributários dos contribuintes da área portuária que, cumulativamente, exercem atividades de armazenamento.

Foram realizadas pelo GTPORTO as seguintes medidas:

- **levantamento e apuração-validação das informações** coletadas relacionadas às empresas selecionadas;
- os dados obtidos junto ao **sítio da EMAP** foram cruzados com os dados de desempenho portuário constantes no **anúário da ANTAQ**. **Restou verificada a carência de dados conclusivos;**

- realizadas **videoconferências** com outras administrações tributárias que atuam na área portuária;
- **parceria com o setor responsável pelo Regime Especial de Fiscalização** demandou o GTPORTO para trabalho em **empresas do setor portuário** com indícios de irregularidades flagrantes, com **potencial de retorno monetário em sede de fiscalização**, tornando-se, desse modo, prioridade para auditoria a ser realizada pelo GTPORTO;
- ações de **educação fiscal e visitas técnicas aos principais contribuintes da área portuária**, intensificadas no último quadrimestre de 2021.

3.2.1.1.18 - Auditoria Externa - Ações Fiscais

Neste tópico, trata das atividades de fiscalização realizadas pelos Auditores Fiscais em Auditorias de Fiscalização Externas.

As principais atividades econômicas fiscalizadas em 2021 foram:

- **Educação:** As fiscalizações das instituições de ensino foram desenvolvidas com base no Censo Escolar do MEC, tendo sido elaborados, em 2021, **211 autos de infração**, perfazendo um total de **R\$ 111.593.751,57 lançados**;
- **Construção Civil:** No ano de 2021 foi dada continuidade às fiscalizações iniciadas no ano de 2020 sobre o ISSQN na construção civil, tendo sido **fiscalizadas 17 empresas**, resultando no lançamento de **R\$ 104.474,94**.
- **Saúde:** No ano de 2021 foram **levantados 33 Autos de Infração**, cujos **lançamentos totalizaram R\$ 28.324.519,35**.
- **Outros:** Nesta sessão, estão inclusas as fiscalizações dos seguintes setores:
 - Substituição Tributária;
 - Bancos;
 - PROPORITO;
 - Simples Nacional: fiscalização, atendimento e análise de processos;
 - Análise de Processos Administrativos: de Baixa de Inscrição, de Imunidade, de Isenção etc.

Os resultados dos segmentos, acima consolidados, estão representados na tabela seguinte:

Auditorias Externas em 2021, por grupo de atividade econômica

Em mil Reais					
Mês	Quant. Autos	EDUCAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL	SAÚDE	OUTROS
jan	32	-	-	-	99,36
fev	8	-	-	-	7,52
mar	3	-	-	153,45	-
abr	16	-	-	-	520,32
mai	0	-	-	-	-
jun	96	35.659,81	11,34	-	-
jul	49	69.702,75	-	-	1.490,59
ago	97	5.732,14	75,53	4.489,83	1.220,95
set	29	-	17,60	16.950,24	1.414,07
out	22	499,05	-	6.620,70	147,01
nov	26	-	-	-	5.973,14
dez	8	-	-	-	348,75
Total	386	111.593,75	104,47	28.214,22	11.221,70
					151.134,15

Fonte: SUFIS/SEMFAZ

O gráfico ao lado evidencia que **74%** do total levantado nas auditorias externas realizadas em 2021 referem-se às empresas do grupo de **Educação**, **19%** às do grupo de **Saúde**, restando **7%** para aquelas de **Construção Civil e outros grupos**.



Auditorias Externas em 2021, por receita

Em mil Reais					
Mês	Quant. Autos	ISSQN	Multas	Alvará	Total
jan	32	64,41	-	34,96	99,36
fev	8	-	-	7,52	7,52
mar	3	153,45	-	-	153,45
abr	16	520,32	-	-	520,32
mai	0	-	-	-	-
jun	96	34.601,48	1.069,67	-	35.671,15
jul	49	70.712,57	480,77	-	71.193,34
ago	97	10.758,97	757,48	1,99	11.518,45
set	29	17.961,19	420,71	-	18.381,91
out	22	7.030,47	236,29	-	7.266,76
nov	26	2.799,79	3.070,66	100,69	5.971,14
dez	8	265,71	83,04	-	348,75
Total	386	144.868,36	6.118,63	145,16	151.132,15

Fonte: SUFIS/SEMFAZ

Os **386 autos de infração** lavrados mediante auditoria externa foram aplicados a **74 empresas** e corresponderam às **receitas de ISSQN, Multas e Alvarás**. Durante o ano de 2021, o desempenho da fiscalização resultou no levantamento de créditos municipais, conforme quadro ao lado.

3.2.1.1.19 - Movimento Econômico de Emissão de Notas Fiscais

O lançamento do faturamento dos contribuintes do ISSQN no município é monitorado permanentemente pela **Coordenadoria de Informações do Movimento Econômico (CIME)**, apoiada por relatórios fornecidos pela área de informática da SEMFAZ, extraídos do Sistema de Tributos do Município (**STM**), especificamente no **Módulo de Notas Fiscais Eletrônicas (NFe)**.

3.2.1.1.20 - Credenciamento de Empresas para Emissão de NFSe

Durante o exercício de 2021, **23.017** contribuintes solicitaram o credenciamento para emissão de notas fiscais, entre pessoas físicas de jurídicas, conforme discriminado no quadro ao lado.

Quantidade de Solicitações de Credenciamento - Nfe

Pessoa	Notas Fiscais Eletrônicas	Quant.	Total.
P. Física	AVULSA	5.281	10.714
	AVULSA (TOMADOR)	5.433	
P. Jurídica	ELETRÔNICA	7.534	12.303
	AVULSA (TOMADOR)	4.769	
Total		23.017	

Fonte: SUFIS/SEMFAZ - CME

3.2.1.1.21 - Total de NFSe Emitidas pelos Contribuintes, por Tipo

Foram registradas **6.911.988** **Notas Fiscais** de Serviços Eletrônicas, sendo a maioria (69,11%) via transmissão de lotes de NFSe, 30,36% de NFSe Normais e apenas, 0,53% de NFSe-avulsas, cuja discriminação encontra-se no quadro ao lado.

Quantitativo de NFSe Emitidas em 2021

Tipo de NFS	Quant.	%
NFSe	2.098.664	30,36
NFSe-RPS	4.777.026	69,11
NFSe-A	36.298	0,53
Total Parcial	6.911.988	100,00

Fonte: SUFIS/SEMFAZ - CIME

3.2.1.1.22 - Planejamento Fiscal

A Coordenadoria de Planejamento da Ação Fiscal – **CPAF**, unidade de atuação programática subordinada à Superintendência da Área de Fiscalização, tem suas atribuições às funções elencadas no Artigo 18 do Decreto nº 30.146 de 16 de maio de 2007 – Regimento Interno da SEMFAZ.

Foram emitidas um total de **162 Instruções de Serviços (IS)** para os Auditores Fiscais efetuarem as fiscalizações nas Empresa, assim distribuídas aos grupos internos:

Grupo	Quant. de IS
Educação Ensino Superior	22
Construção Civil	08
Substituto Tributário	15
Saúde	14
Cartórios	18
Instituições Financeiras	03
Total	162

Fonte: SUFIS/SEMFAZ - CPAF

3.2.1.1.23 - Controle Fiscal

A Coordenadoria de Controle da Ação Fiscal – **CCAF**, unidade de atuação programática subordinada à Superintendência da Área de Fiscalização, tem suas atribuições às funções elencadas no Art. 18 de Decreto nº. 30.146 de 16 de maio de 2007 – Regimento Interno da SEMFAZ

Das atividades desenvolvidas pela CCAF, destacam-se:

- ✓ **controle** referente ao envio das **Notificações/Autos de Infração** e as Ações de Fiscalização elaboradas pelos Auditores Fiscais;
- ✓ Instrução e encaminhamento dos **processos de defesa** para os setores competentes para julgamento: aproximadamente **642 processos**;
- ✓ envio das **Notificações/Autos de Infração** para **publicação** em edital (Diário Oficial) dos autos de infração gerados automaticamente e dos produzidos por auditores fiscais em fiscalizações; e
- ✓ apuração detalhada de todas as Ações Fiscais elaboradas: Notificação Eletrônicas e Auditorias Externas.

3.2.1.2 Programa 0402 – Gestão Estratégica e Modernização da Prefeitura

Ação 1027 – Modernização da Administração Tributária - PMAT

3.2.1.2.1 Antecedentes

O Projeto PMAT foi concebido no ano de 2014 (Carta Consulta), aprovada pelo Conselho de Diretores do BNDES em 2015 (decisão de nº 618/2015), tendo sido materializado em parceria com Banco do Brasil S/A, por meio do Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 20/10000-0, datado de 23/11/2015, publicado no DOM sob nº 22, em 30/11/2015.

A operação foi firmada visando à obtenção de financiamento junto ao BNDES para a modernização da administração tributária do município, disponibilizando, assim, recursos financeiros para empreender as ações requeridas às melhorias necessárias para alavancar a gestão tributária da Prefeitura Municipal de São Luís.

3.2.1.2.2 Execução Orçamentária do PMAT

Execução Orçamentária 2021
Ação da SEMFAZ - PMAT

Posição 31.12.2021
Em R\$ mil

Movimento	Valor
Orçado	9.900,00
Suplementado	-
Anulado	-
Dotação atualizada	9.900,00
Empenhado	2.273,08
Liquidado	2.211,65
Pago	2.211,65

Em 2021 a dotação atualizada da ação foi de R\$ 9.900 mil. No decorrer do exercício R\$ 2.273,08 mil foram empenhados e R\$ 2.211,65 mil liquidados e efetivamente pagos.

3.2.1.2.3 Ações Estruturantes do PMAT

Em linhas gerais, o PMAT concebeu basicamente cinco ações estruturantes, a saber:

- Ação 1: Aquisição de **mobiliário** e investimentos em **infraestrutura** para melhoria da gestão da SEMFAZ;
- Ação 2: Aquisição e Implantação do **Sistema Tributário Integrado** 100% concluída;
- Ação 3: Capacitação e Desenvolvimento Profissional;
- Ação 4: Atualização e **Consolidação do Código Tributário Municipal** 100% concluída; e
- Ação 5: Saneamento do **Cadastro Imobiliário** - 100% concluída.



3.2.1.2.4 Resultados Alcançados pelo PMAT

- ✓ Com a finalização da obra na nova sede, **situada na Rua do Egito, 283**, a Semfaz irá dispor, ao público interno e externo, de um ambiente físico moderno, com infraestrutura tecnológica de comunicação remota adequadas, dentro dos padrões de conforto, segurança e comodidade;
- ✓ Hoje, a Secretaria detém o **conhecimento e a gestão da solução tecnológica**, realiza as atividades de manutenção corretivas, adaptativas e evolutivas e vem superando as deficiências que antes existiam em relação às necessidades da administração tributária e que comprometia, sobremaneira, as ações de fiscalização e incremento de receita.
- ✓ O Município já dispõe de um **Código Tributário atualizado, consolidado** e coerente com a doutrina e a jurisprudência pertinentes;
- ✓ Com o **Cadastro Imobiliário atualizado** o Município passou a gerenciar a tributação incidente sobre os imóveis das áreas trabalhadas, permitindo a exata apuração do montante do crédito tributário e alcançou os objetivos de otimizar as atividades de lançamento e arrecadação, bem como o planejamento e controle da ação fiscal.

Quanto à Ação nº 1 (Aquisição de mobiliário e investimentos em infraestrutura da nova sede da SEMFAZ), trata-se da única ação do PMAT em andamento, em termos financeiros.

Pmat - Execução Financeira em 2021

Usos e Fontes - Ação nº 1 - por item apoiável	Em Reais	
	BNDES	Contrapartida
Obras civis, montagem e instalações	2.874.444,68	0,00
Iluminação (Rede Elétrica)	314.014,66	
Infraestrutura (solução tecnológica da nova sede), com BDI	1.131.742,73	
Serviço de Montagem da Central Telefônica	549,76	
Serviço de Montagem do Ar Condicionado	1.428.137,53	
Máquinas e Equipamentos Novos Produzidos no país	2.050.882,06	0,00
Equipamentos de Informática	750.463,62	0,00
Equipamentos Datacenter	750.463,62	
Outros Equipamentos Nacionais	1.198.161,88	0,00
Ar Condicionado	1.198.161,88	
Equipamentos de apoio à operação e à fiscalização	102.256,56	0,00
CEF TV Controle de Câmeras	30.000,00	
Controle de acesso (catracas)	72.256,56	
Móveis e utensílios	6.492,74	1.184.014,26
Aquisição de móveis e utensílios	6.492,74	1.184.014,26
Móveis/Cadeiras/Poltrona	6.492,74	1.184.014,26
Tecnologia da Informação	257.114,90	0,00
Business Intelligenc - BI	257.114,90	
Total	5.188.934,38	1.184.014,26
Geral	6.372.948,64	

Fonte: NEMAT

No ano de 2021 houve a execução financeira de R\$ 6.372.948,64, sendo R\$5.188.934,38 de recursos do BNDES/BB e R\$ 1.184.014,26 de contrapartida do Município, conforme quadro ao lado.

3.2.1.3 Programa 0406 – Gestão Administrativa

Este Programa acontece no âmbito interno da administração da SEMFAZ.

Objetivo: Implementar as ações que contribuam com a realização das atividades administrativas de forma efetiva, racional, buscando excelência e elevado nível das ações administrativas.

Ação 2174 – Custeio e Investimentos

Execução Orçamentária 2021

Ação da SEMFAZ - Custeio e Investimentos

Posição 31.12.2021

Em R\$ mil

Movimento	Valor
Orçado	9.509,21
Suplementado	1.987,34
Anulado	4.316,55
Dotação atualizada	7.180,00
Empenhado	5.207,43
Liquidado	3.075,70
Pago	3.044,40

Foi orçado inicialmente em 2021, para a execução desta ação, o valor de R\$ 9.509,21 mil e, durante o exercício, foram anulados R\$ 4.316,55 mil e suplementados R\$ 1.987,34 mil, totalizando assim, R\$ 7.180 mil.

Desse total, foram comprometidos com **empenhos** R\$ 5.207,43 mil, dos quais R\$ 3.075,70 mil, liquidados e R\$ 3.044,40 mil devidamente pagos.

3.2.1.3.1 Tecnologia da Informática e Comunicação Remota

A - Modernização dos Sistemas da Semfaz

A Semfaz tem trabalhado na modernização dos sistemas da Secretaria, com vistas à **melhoria das malhas fiscais e demais implementações dos serviços de inteligência fiscal no combate à sonegação e na busca de facilitar ao**

contribuinte o cumprimento da obrigação tributária. O resultado destas mudanças tem sido a **diminuição de filas** nas unidades e o **atendimento célere**, com a resolução de diversas demandas com qualidade e agilidade. Com o avanço na prestação de serviços, o contribuinte pode solucionar grande parte das suas demandas a internet ou pelos canais de atendimento on-line.





Em reunião realizada em 1º de outubro de 2021, o Secretário Azzolini se reuniu com corpo técnico da área tributária Secretário para explicar a arquitetura de novo Sistema Tributário Municipal (STM) com a finalidade de melhoria das malhas fiscais e demais implementações dos

serviços de inteligência fiscal no combate à sonegação e busca de facilitar ao contribuinte o cumprimento da obrigação tributária.

A Semfaz e a Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia (Semit) já começaram a se reunir para dialogar sobre a viabilização do novo Sistema Tributário Municipal (STM). Ainda no mês de novembro, a equipe técnica da Superintendência de Informática da Semfaz reunida com o Secretário Municipal de Informação e Tecnologia, Felipe de Abreu Falcão deram início às discussões sobre a implantação do novo Sistema Tributário Municipal.



A mudança visa a melhoria da gestão tributária do município de São Luís, tornando-a mais eficiente.

B - Suporte às Áreas Internas

As ações da Superintendência da Área de Informática da SEMFAZ (SUAFINFO) voltam-se, em sua maioria, para apoiar as ações finalísticas do órgão, além de prestar suporte às demandas de toda ordem das demais áreas internas.

Foram registrados **701 atendimentos dos servidores da Semfaz** à sua área de informática, tanto no que se refere aos aplicativos da área-fim, como das áreas meios, inclusive aqueles relativos a equipamentos e acessos remotos.

Os atendimentos prestados pela Suainfo, **por meio da equipe terceirizada**, totalizaram 4.298, revelando uma média mensal de 143,26 atendimentos.

C - Integração Institucional

Constantemente, a área de tecnologia da informação e comunicação interagem com outros órgãos da Prefeitura e órgãos externos, visando à consecução de suas ações estreitando as relações institucionais. Foram destaques em 2021, as seguintes iniciativas:

- **Alinhamento técnico com a SEMIT** na discussão da melhor estratégia para otimizar a disponibilização de serviços tecnológicos para a sociedade;
- **Integração com o Banco do Brasil S.A.** para recepção dos arquivos de retorno de pagamentos, de forma automática e independente de ação humana, dando maior segurança e disponibilidade do serviço de baixa de pagamentos;
- Estreitamento dos laços com a **OAB, TJ-MA, MP-MA, PGM** e demais órgãos, com o objetivo de uniformizar entendimentos jurídicos para evitar ações infrutíferas e desgastantes.

D - Inteligência Estratégica e Gestão do Conhecimento

- Elaboração da matriz de risco da SUAINFO;
- Sugestão de pacificação e padronização dos entendimentos com relação à **legislação tributária** entre os diversos setores da Secretaria;
- Reuniões de **alinhamento e comunicação entre os servidores** do quadro da área, com a finalidade de se chegar à um consenso nos trabalhos em equipe;
- **Aprimoramento da dinâmica do contrato**, com proposição de melhorias visando a **otimizar o uso do recurso público**, desenvolvimento sustentável e manutenção do equilíbrio contratual;

- Reforço do uso da **Instrução Normativa (IN)** que preconiza a abertura de chamados, pois, concede **transparência, acompanhamento das ações e disseminação do conhecimento**;
- **Diálogo com os diferentes setores** que fazem parte do processo (no caso concreto) antes de realizar **despachos**, a fim de **evitar retrabalhos e padronizar entendimentos**;
- **Reuniões periódicas com grupos técnicos** de trabalhos para discutir atualizações da **legislação tributária e jurisprudências** que impactam ou pode impactar os processos na SEMFAZ;
- Criação de **novos canais para** comunicação com os contribuintes, no intuito do saneamento de dúvidas a respeito de legislação específica de grupos técnicos, mediante a criação de **e-mails, listas de distribuição e WhatsApp corporativo**, a fim de dar **celeridade aos atendimentos**;
- Elaboração e atualização contínua de **Manuais de Orientação aos contribuintes**, com o fito de diminuir a incidência dos principais achados em auditorias fiscais, fomentando o instituto da denúncia espontânea / autorregularização; elaboração pela equipe da Suainfo e disponibilizado no portal da Semfaz;
- Participação em **Workshops** da área tributária e **assinaturas de periódicos tributários e financeiros** para acompanhamento de informações e tendências do mercado com o objetivo de preparar a SEMFAZ para possíveis instabilidades;
- **Participação na conclusão das instalações do novo prédio da SEMFAZ**, no tocante a **compra de equipamentos e contratações de serviços de T.I.** para tornar o prédio funcional aos seus colaboradores.

D - Soluções Tecnológicas e de Comunicação Remota

As **melhorias qualitativas** operadas com presença substancial da SUAINFO estão elencadas abaixo:

- Melhorias nos módulos do **Cadastro Imobiliário** visando a segurança, o bom andamento e a atualização da informação dos imóveis na base de dados;
- Intermediação e proposição de alterações no Sistema, informações e fluxos de trabalho com base nas demandas dos trabalhos da **Agenda 21**.
- Melhorias no **cadastro econômico visando à justiça tributária** no lançamento do Alvará Zero, ao funcionamento, à otimizando da carga de trabalho interno na SEMFAZ;
- Elaboração do **modelo da malha do regime de caixa do Simples Nacional**;
- Melhorias nas estruturas tecnológicas que integram o serviço da **Redesim**;
- Melhorias nos módulos que fazem parte da **Nota Fiscal de Serviços: escrituração e RPS**;
- Acompanhamento dos trabalhos para publicação do Hotsite e lançamento do IPTU2021;
- Participação no **projeto de modernização do Sistema Tributário**, com objetivo de prover à SEMFAZ uma ferramenta eficaz que auxilie na condução das tarefas dos servidores da Secretaria e na prestação de serviços ao contribuinte;
- Proposição de procedimento visando **resguardar as informações do Sistema Tributário**.

3.2.1.2.2 Qualificação dos Gastos Públicos

A - Operacionalização de Pagamentos de Despesas

Muito tem sido questionado à Semfaz quanto à **responsabilidade pelo pagamento dos restos a pagar** do Executivo Municipal.

Vemo-nos, portanto, compelidos a discorrer sobre o assunto, ainda que de forma concisa, de modo a esclarecer os entendimentos legais, com o fito de elucidar as competências do ordenador de despesas e do agente pagador, senão vejamos:

- O Decreto Lei nº 200/1967, no § 1º de seu artigo 80, define **Ordenador de despesa** como “toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem **emissão de empenho**, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio”.
- No tocante a estas fases, a Lei nº 4.320/64 bem define no art. 58 que “**o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente** que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.
- De acordo com o art. 62 do mesmo diploma legal, **o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação**.
- Por fim, conforme art. 64 da Lei 4.320/64, “**a ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga**”.
- Essa é a previsão legal e a prática adotada pela Prefeitura Municipal de São Luís e por outros entes federativos. E nesse contexto, **compete ao gestor do órgão e técnico por ele designado e supervisionado efetivar a operacionalização dessas fases de execução da despesa, não podendo eximir-se do encargo ou até mesmo transferi-lo a terceiro ou a outrem**, ainda que pertencente ao mesmo ente federativo.
- Reforçando o entendimento dessas competências, em nível municipal, a **Lei nº 6.251, de 28.09.2017, dispõe que caberá à Semfaz a ordenação e o pagamento decorrentes de suas próprias despesas**, competindo à mesma somente a operacionalização dos pagamentos das despesas geradas pelos demais órgãos da Municipalidade, ou seja, o ato de comunicar ao banco quanto ao pagamento ordenado pelos titulares de cada um.

B - Posição Atual da Dívida Pública (31.12.2021)

A dívida pública contabilizada até 31.12.21, conforme evidenciada no RGF do 3º quadrimestre/21, totalizou R\$ 2.038.881.492,34, assim constituída:

	31.12.2020	31.12.2021
Precatórios posteriores a 02.05.2000	43.917.390,62	30.870.941,37
Contratos de financiamentos	493.439.985,65	266.854.102,30
Parcelamento da Dívida - INSS	190.067.662,62	332.855.413,92
Parcelamento da Dívida - IPAM	134.439.293,64	124.125.571,68
Parcelamento de Fornecedores	34.623.793,47	34.623.793,47
Total da Dívida Fundada	896.478.126,00	990.243.020,45
Dívida Flutuante (Restos a Pagar)	306.668.543,23	259.308.649,15
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	1.203.146.669,23	2.038.881.492,34

C - Repasse Constitucional à Câmara Municipal

Os repasses ao Legislativo estão estabelecidos nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal – CF/88 e EC nº 25/2000 e 58/2009.

Quanto aos valores dos repasses para a Câmara Municipal e datas legais para suas realizações, abaixo estão transcritos os dispositivos legais que os estabelecem.

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEMFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO Nº 24A - INSTRUÇÃO NORMATIVA - TCE/MA Nº 009/2005
RECURSOS PARA A CÂMARA
ANO BASE: 2020 (art. 2º, inc. IV, da EC nº 58/2009)
EXERCÍCIO: 2021

1 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS E TRANSFERÊNCIAS	
I - RECEITA TRIBUTÁRIA	1.002.210.577,82
IPTU	130.465.861,28
ISS	587.153.546,06
IRRF	90.048.107,08
ITBI	33.434.774,55
TAXAS	21.029.901,67
CONTRIBUIÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	70.397.940,52
CONTRIBUIÇÃO - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	68.994.394,20
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	686.052,46
II - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	734.089.576,16
ICMS	633.184.734,08
IPVA	94.360.709,57
IPI Exp	5.841.516,77
CI DE	702.615,74
III - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	570.581.935,58
FPM	570.569.899,23
TRANSFERÊNCIA LEI 87/96	-
ITR	12.036,35
TOTAL GERAL	2.306.882.089,56
2 - REPASSE	
Repasse Constitucional (art. 5º da CF/88) = 4,5% das Receitas e Transferências	103.809.694,03
Cota Mensal	8.650.807,84

Relativamente aos repasses à Câmara Municipal verificados em 2021, informados no Demonstrativo dos Repasses do Duodécimo no quadro acima, o total alcançou, em 31.12.2021, os R\$ 103,8 milhões previstos inicialmente.

3.2.1.2.3 Gestão Fiscal (RREO e RGF)

Em relação à Gestão Fiscal do Executivo, a Contadoria-Geral do Município, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) elabora os seguintes demonstrativos:

- bimestralmente, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO); e
- quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Referidos relatórios são enviados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), divulgados no Portal da Transparência do site da Prefeitura de São Luís, além de serem publicados no Diário Oficial do Município. Abaixo relacionados os dados relativos à publicação dos demonstrativos do RREO e do RGF.

Relatório	Período	DOM	Publicação
RREO 1º bim/21	jan-fev	058	24.03.2021
RREO 2º bim/21	mar-abr	098	25.05.2021
RGF 1º quadr/21	jan-abr	098	25.05.2021
RREO 3º bim/21	mai-jun	139	26.07.2021
RREO 4º bim/21	jul-ago	180	24.09.2021
RGF 2º quadr/21	mai-ago	180	24.09.2021
RREO 5º bim/21	set-out	218	25.11.2021
RREO 6º bim/21	nov-dez	016	24.01.2022
RGF 3º quadr/21	set-dez	016	24.01.2022

Fonte: Contadoria Geral do Município/Semfaz

3.2.1.2.4 Ações de Apoio Logístico da SEMFAZ

As atividades na Semfaz vão além da arrecadação municipal. Muito é feito internamente para a realização das atividades rotineiras no órgão. No último ano a Semfaz alavancou suas ações de conservação da sede do órgão – mesmo

com a mudança para uma nova sede em andamento, para manter um ambiente de trabalho mais seguro, organizado e limpo para a execução das atividades de trabalho pelos seus servidores.

Dentre as atividades logísticas, estão:

- **Limpeza**
- **Segurança**
- **Arquivo**
- **Transporte**

A seguir, um breve resumo sobre as atividades:

Atualmente, a Semfaz conta com diversos contratos de empresas terceirizadas, geridos pelo setor de contratos da Semfaz e com servidores responsáveis por cada um destes. Estas empresas atuam tanto na parte administrativa, dando suporte a diversos setores como o atendimento, ITBI, Cadastro, Financeiro e outros, assim como empresas terceirizadas atuando na área de limpeza e conservação do órgão e na segurança do órgão.

A equipe de **segurança** trabalha 24h na sede do órgão, localizado na Avenida Kennedy e na nova sede, na Rua do Egito. Os funcionários trabalham na Semfaz, mesmo quando o órgão está fechado para o atendimento. A nova sede, que segue em fase de obra e reforma conta com uma equipe de segurança terceirizada 24h no local.

A equipe de **limpeza**, formada por terceirizados, trabalha de segunda à sexta-feira, das 7h às 17h e é responsável pela limpeza de toda a sede e com funcionários também na nova sede, já deixando toda a unidade conservada no quesito limpeza.

A Semfaz conta também, com o setor de **arquivo**, onde todos os processos administrativos impetrados no órgão ficam arquivados, sendo constante o contato dos servidores, tendo em vista a necessidade de recuperação de documentos a pedido de contribuintes e/ou setores.

O setor de **transporte** conta com diversos motoristas que são responsáveis pela entrega de ofícios a outros órgãos, transportar processos a bancos, auditores fiscais a visitas em outros órgãos, equipe do cadastro a vistorias, além do transporte de servidores a atividades que necessitam de deslocamento deles. Os motoristas são vinculados ao CAD e os veículos são alugados – contrato gerido pelo setor de contrato com um chefe de contrato que responde por todas as necessidades.

3.2.1.2.5 Assinatura Cooperativa – Recolhimento de material para descarte e reciclagem.

A Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), assinou, nesta quarta-feira (9), o Acordo de Cooperação Técnica com a Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPERESL).



Com a formalização do acordo, a equipe da Cooperativa fará todo o trabalho de remoção e reciclagem dos resíduos sólidos da Semfaz.

3.2.1.2.6 Protocolo de Prevenção ao Covid-19 Na Semfaz – Cuidados com Servidores e Contribuintes

Com a segunda onda de contaminação com a Covid-19, a Semfaz lançou a campanha de prevenção ao coronavírus, com uma série de medidas que visam a diminuir a aglomeração de pessoas no atendimento e demais setores do órgão.

Em parceria com o LACEM, foi realizada a **testagem de todos os servidores**, além da **distribuição de álcool gel** em todas as dependências do órgão. A **conscientização** dos servidores foi de suma importância para evitar a contaminação com a doença.

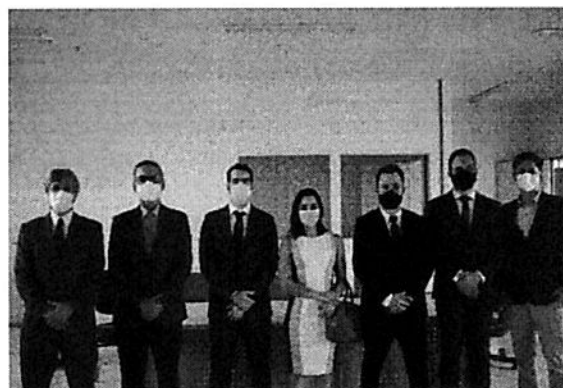
3.2.1.2.7 Sanitização das Instalações da SEMFAZ



Devido ao aumento no número de casos ativos de Covid-19 que acometeram os servidores, foi realizada a **higienização de todos os setores das dependências** da Semfaz. A medida visou ao combate ao vírus. A sanitização das unidades obedeceu a um calendário previamente estabelecido de modo a alcançar todos os andares do prédio sede, tendo sido realizada pela equipe de limpeza do órgão, após o expediente.

3.2.1.2.8 Gestão de Pessoas

Em solenidade realizada na sede da Semfaz, no dia 22 de junho, **sete novos auditores fiscais** aprovados em concurso público realizado em julho de 2018. A ação integra a política do prefeito Eduardo Braide de qualificar e fortalecer as instituições municipais, imprimindo mais eficiência e eficácia na prestação de serviços aos cidadãos.



Posse de novos auditores de tributos municipais

3.2.1.2.9 Crachás de Identificação Funcional

Todos os servidores da Semfaz já podem contar com os crachás de identificação funcional (modelo ao lado), desde 23 de setembro.



Esse trabalho foi executado pela Assessoria de Comunicação, desde 2 de agosto, com o apoio da Coordenadoria de Administração da Semfaz, envolvendo as fases de levantamento dos dados dos servidores,

fotografias, contato com a gráfica, montagem e distribuição de 266 crachás.

3.2.1.2.10 Desenvolvimento de Servidores

Aniversários

Mensalmente, a equipe da Assessoria de Comunicação da Semfaz, tem o carinho de elaborar e divulgar a lista de servidores aniversariantes.

A lista é divulgada nos murais da Semfaz (recepção, atendimento, CAD, Ascom etc.), também é divulgada no informativo mensal da Semfaz, publicizado nos murais e enviado por e-mail a todos os servidores do órgão, pelo Webmail Semfaz.



Ocasionalmente, algumas áreas provem eventos de congratulações dos aniversariantes, conforme registrado nas fotos que seguem.

Confraternização de Encerramento das atividades de 2021 com um momento de oração na Semfaz

Este foi um ano de muito trabalho, dedicação e todos os servidores da Semfaz conseguiram vencer as atribuições e ultrapassar metas.



Em forma de gratidão e felicidade por terem tido a oportunidade de aprender e crescer como profissionais e pessoas, para encerrar o ano com chave de ouro, tivemos, no dia 16 de dezembro, com o Frei Lázaro, um **momento de bênção e oração** para agradecer a Deus pela saúde, família, trabalho, amigos, colegas e principalmente, pela vida.

Ação 2206 – Pessoal e Encargos Sociais da Administração Direta

Execução Orçamentária 2021

Ação da SEMFAZ - Pessoal e Encargos Sociais

Posição 31.12.2021

Em R\$ mil

Movimento	Valor
Orçado	34.875,88
Suplementado	510,00
Anulado	5.048,00
Dotação atualizada	30.337,88
Empenhado	29.666,72
Liquidado	29.652,55
Pago	29.652,55

Inicialmente foram orçados para essa ação, R\$34.875,88 mil, tendo sido suplementados R\$ 510,00 mil e anulados R\$5.048,00 mil, perfazendo R\$30.337,88 mil de dotação atualizada.

Da dotação atualizada, o montante empenhado foi R\$ 29.666,76 mil para honrar com o pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, e liquidados e pagos R\$ 29.652,55 mil.

3.2.2 Recursos sob a Supervisão da SEMFAZ - 22.102 – RESEMFZ

3.2.2.1 Programa 0406 - Gestão Administrativa

A RESEMFZ, assim como a RESEMFAD, é uma unidade orçamentária do Executivo Municipal específica para abrigar as dotações relativas às despesas municipais que não se enquadram como típicas de nenhuma das demais Unidades da Administração Direta e Indireta, uma vez que se referem a compromissos atinentes ao Município como um todo, a exemplo de encargos especiais (encargos judiciais, parcelamento ao abrigo das EC nº 62/2009, 94/2016 e 99/2017); amortizações e outros encargos financeiros decorrentes de financiamentos e de parcelamentos de obrigações previdenciária – INSS – IPAM; e despesas contributivas – PASEP; contribuições previdenciárias – INSS.

Execução Orçamentária da RESEMFZ

Posição 31.12.2021

Em R\$ mil

Ações	LOA Atualizada	Empenhado	%
Tarifas Bancárias	5.140,63	4.409,31	2,4
Contribuição para o PASEP	34.648,76	34.310,23	18,9
Encargos da Dívida Pública (juros, amortização e outros)	101.224,00	98.191,75	54,2
Encargos Judiciais (sentenças e precatórios)	44.598,03	44.323,09	24,5
TOTAL	185.611,43	181.234,38	100,0

Fonte: Balancete das Despesas - GIAP

67/68

Conforme demonstrado no quadro ao lado, da dotação orçamentária autorizada para 2021, no período de janeiro a 31.12.2021, a RESEMFZ comprometeu com

empenhos um **total de R\$ 181,2 mi**, sendo **54,2%** com despesas decorrentes da **dívida pública**.

Na Unidade Orçamentária RESEMFAZ estão inseridas as ações abaixo relacionadas:

Ação 0912 Encargos Gerais com a Dívida Pública

Inicialmente foram orçados para essa ação R\$ 74.439,82 mil, suplementados R\$ 41.114,18 mil e anulados R\$ 14.330,00 mil. Da dotação disponível, o montante empenhado foi (R\$ 98.191,75) para honrar com os juros e encargos sobre a dívida dos contratos (100% liquidados e pagos).

Ação 0913 Encargos Judiciários

Para o exercício de 2021 foi orçada uma dotação no valor de R\$ 17.334,73 mil. No decorrer do exercício foram suplementados R\$ 28.613,30 mil e anulados R\$ 1.350,00 mil. Da dotação disponível, foram empenhados com Sentenças Judiciais R\$ 44.323,09 mil, sendo R\$ 42.805,65 mil de empenhos acumulados e R\$ 41.478,16 mil pagos durante o exercício.

Ação 2173 Contribuição para a Formação do Patrimônio – PASEP

Para o exercício de 2021 foi orçada uma dotação no valor de R\$ 27.748,76. No decorrer do exercício R\$ 9.300,00 mil e R\$ 2.400,00 mil anulados. R\$ 34.310,23 mil foram empenhados e R\$ 32.298,96 mil liquidados e pagos.

Ação 2253 Tarifas Bancárias

Para a execução dessa ação em 2021 foi orçada uma dotação no valor de R\$ 11.214,13 mil. No decorrer do exercício R\$ 6.099,50 mil foram anulados e R\$ 4.409,31 empenhados, liquidados e pagos.